

ALIANÇA



4º CONGRESSO
CGTP-IN

Especial 4º CONGRESSO

ANO IX • II SERIE • N.º 9 • MARÇO 1983 • PREÇO 30\$00



**revista mensal
de organização
e formação sindical
da
CGTP-IN**



LÊ, ASSINA E DIVULGA

ASSINATURAS
(por 12 números)

Portugal — 360\$00
Europa — 600\$00
Fora da Europa — 700\$00

<i>Há que levar à prática as conclusões do 4.º Congresso</i>	3
<i>O maior de todos os Congressos da CGTP-IN</i>	4
<i>«Por esta estrada amigo vem»... que «vale a pena lutar!»</i>	5
<i>A luta de massas continuará a ser factor determinante</i>	6
<i>Aspectos mais importantes dos novos Estatutos</i>	8
<i>O diálogo não substitui a luta!</i>	10
<i>Contra o slogan do «pacto» a nossa disponibilidade responsável</i>	12
<i>Satisfação dos «22 pontos da CGTP-IN» — um desafio ao próximo governo</i>	14
<i>O número de mulheres dirigentes sindicais aumentou 82%</i>	16
<i>Relatório do Secretariado</i>	18
<i>Caderno Reivindicativo Imediato</i>	20
<i>Resolução político-sindical</i>	24
<i>Moção sobre o 1.º de Maio</i>	25
<i>Moção sobre a Reforma Agrária</i>	26
<i>Solidariedade internacionalista</i>	27
<i>Uma ambulância para Angola</i>	29
<i>Defender a paz</i>	30
<i>A presença internacional</i>	31
<i>Sindicatos e delegados ao Congresso</i>	34
<i>Sindicatos filiados durante o 4.º Congresso</i>	36
<i>Comissão de Honra do 4.º Congresso</i>	36
<i>O Conselho Nacional da CGTP-IN</i>	37
<i>A nova Comissão Executiva</i>	39
<i>Comunicado do Conselho Nacional (da reunião de 24 e 25/3/83)</i>	40

Propriedade: Confederação Geral dos Trabalhadores
Portugueses-Intersindical Nacional
Director: José Ernesto Cartaxo
Redacção e Administração: Rua Victor Cordon, 1-2.º — 1294
LISBOA, Telef. 37 21 81
Composto e Impresso: Renascença Gráfica

Há que levar à prática as conclusões do 4.º Congresso

1. Terminou o 4.º Congresso da CGTP-IN aberto a todos os Sindicatos. O maior de todos os Congressos da Central Sindical portuguesa, o mais representativo, o mais participado, o de maior significado político pela situação em que se realizou a meio caminho entre o fim dos governos AD, a culminar 3 anos de luta dos trabalhadores portugueses, e a perspectiva de uma viragem política na sociedade portuguesa.

O Conselho Nacional considerou-o «**uma poderosa demonstração da força e determinação dos trabalhadores portugueses, da sua unidade, coesão e organização**» confirmando a CGTP-IN como «**a mais importante força social do nosso país, cuja intervenção é indispensável na vida nacional**».

As conclusões aprovadas pelo Congresso, ainda na análise feita pelo Conselho Nacional, «**constituem um conjunto de propostas e reivindicações que correspondem à necessária recuperação económica do país**» e que «**terão de ser encaradas como uma contribuição positiva, séria e realista para a resolução dos problemas existentes**».

Se acrescentarmos a isto a grande presença de delegações sindicais estrangeiras no nosso 4.º Congresso, a confirmar o grande prestígio internacional do movimento sindical unitário português, temos, assim, em traços largos as características fundamentais deste que foi o maior acontecimento da vida sindical.

2. O 4.º Congresso da CGTP-IN não terminou. Mais virado para a discussão dos problemas que exigem uma solução urgente no futuro quadro político que resultar das eleições de 25 de Abril, o Congresso aprovou 4 documentos fundamentais – Programa, Estatutos, Programa de Acção para 3 anos e Caderno Reivindicativo Imediato – que vão constituir instrumentos decisivos da acção sindical e de luta dos trabalhadores nos próximos tempos. Daí que, na prática, o 4.º Congresso vai continuar, pela aplicação das suas conclusões – nas empresas, na acção sindical, nas ruas, junto dos órgãos do poder, em todos os locais e situações onde houver trabalhadores organizados em luta pelos seus interesses de classe e pela resolução dos problemas nacionais.

Neste aspecto assume maior importância e actualidade a luta pela satisfação dos 22 pontos do Caderno Reivindicativo Imediato aprovado pelo Congresso. No enquadramento da luta dos trabalhadores no contexto da grave crise económica e social que atravessamos, a satisfação dos 22 pontos da CGTP-IN constituirá condição decisiva para a criação dum clima favorável à procura das soluções para os problemas nacionais, para a confiança, mobilização e empenhamento dos trabalhadores nas soluções para a crise. É um desafio, o desafio, dos trabalhadores ao novo governo que sair das eleições do 25 de Abril. A sua posição perante elas vai dizer se esse governo está a favor ou contra os trabalhadores, se ele merece ou não um mínimo de confiança.

3. Os trabalhadores não esperam passivamente a constituição dum novo governo para lhe ser apresentado o Caderno Reivindicativo da CGTP-IN. Os resultados das eleições de 25 de Abril são decisivos para definir a natureza e a composição do próximo governo.

Por isso, o Congresso, na sua resolução político-sindical, apelou ao voto e à **intervenção organizada das massas trabalhadoras na próxima campanha eleitoral, para que o resultado das eleições permita afastar definitivamente a direita do poder, criando condições para uma verdadeira viragem democrática na vida portuguesa/que realize plenamente o projecto constitucional e dê satisfação às aspirações dos trabalhadores e do povo.**

4. Na mesma linha de reforço da unidade dos trabalhadores e do seu papel na sociedade portuguesa, o Congresso e, logo a seguir, o Conselho Nacional da CGTP-IN, decidiu desenvolver as acções necessárias com vista a promover uma grande jornada de unidade e luta dos trabalhadores portugueses no 1.º de Maio de 1983, apelando à participação dos sindicatos representativos, filiados ou não na Central, na organização das comemorações.

Em suma: a batalha eleitoral e o 1.º de Maio colocam-se como tarefas prioritárias e fundamentais do movimento sindical unitário, tendo como pano de fundo a luta pela satisfação dos 22 pontos do Caderno Reivindicativo aprovado pelo Congresso.

Como dissemos, portanto, o 4.º Congresso continua!

nota de abertura

O maior de todos os Congressos da CGTP-IN

*Com os trabalhadores • Pela democracia • Pela resolução
dos problemas nacionais*

Numa situação político-social caracterizada, por um lado, pela derrota do projecto da AD em resultado de 3 anos de luta dos trabalhadores portugueses e, por outro lado, pelo agravamento dos problemas nacionais e das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores e da população — a realização do 4.º Congresso da CGTP-IN aberto a todos os Sindicatos assumiu um papel decisivo na mobilização dos trabalhadores para a discussão dos seus problemas e como contribuição significativa para a resolução dos problemas nacionais.

Um balanço dos trabalhos do 4.º Congresso, permite-nos afirmar que se tratou do maior acontecimento da vida sindical portuguesa.

Foi o Congresso com maior número de participantes e de Sindicatos inscritos (tendo em conta os processos de fusão entretanto realizados), o mais representativo em termos de sector de actividade e de profissões, o mais participado por organizações não filiadas na CGTPIN, com um grande dinamismo quanto à discussão em torno dos projectos programáticos, quanto à diversidade e ao nível das iniciativas realizadas.

A preparação do 4.º Congresso, só por si, constituiu desde logo um considerável reforço da organização e da unidade dos trabalhadores, do Movimento Sindical Unitário consubstanciado na CGTP-IN.

Alguns dados sobre a dinamização e a participação no 4.º Congresso da CGTP-IN

Informação e Propaganda

— edição e distribuição de mais de 600 mil exemplares dos documentos-projectos para discussão: Programa da CGTP-IN, Estatutos, Programa para 3 anos, Caderno Reivindicativo («os 22 pontos da CGTP-IN»).

Regulamentos Eleitoral e de funcionamento do Congresso.

- mais de 250 mil cartazes, autocolantes e emblemas, 250 jornais sonoros sobre o Congresso para as empresas.
- centenas de milhares de documentos e materiais diversos sobre o Congresso editados pelos sindicatos, federações e uniões.

Discussão dos documentos

- até ao Congresso, realizaram-se 660 reuniões com dirigentes e delegados sindicais, 2600 plenários de empresa e de zona, em que participaram centenas de milhares de trabalhadores.
- foram recebidas cerca de 400 propostas de alteração aos diversos documentos distribuídos para discussão, sendo, designadamente: 182 propostas de alteração ao Anteprojecto de Programa de Acção para 3 anos; 121 ao Anteprojecto de Programa da CGTP-IN e 86 ao Anteprojecto de Estatutos. A generalidade das propostas foram aceites ou contempladas.

Inscrições e Participação no Congresso

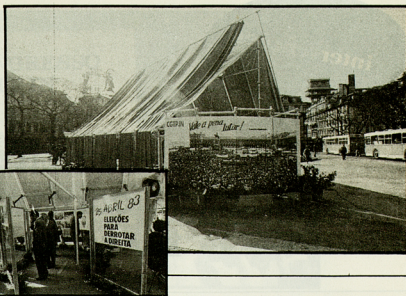
- 216 sindicatos, sendo 12 como observadores e 69 não filiados.
- total de trabalhadores representados: cerca de 1 600 000.
- total de delegados: 1231, sendo 1135 de sindicatos e os restantes das Uniões (20, Federações (18) e Confederação.
- convidados: cerca de 15 000 (média de 4000 por sessão, rotativamente).
- Convidados especiais: 250.
- delegações estrangeiras: cerca de 60 de todos os continentes e correntes do movimento sindical internacional.

A participação de 69 sindicatos nos trabalhos do Congresso, em rigorosa igualdade com os sindicatos filiados, constituindo a continuação de uma prática seguida sem excepções desde o Congresso de Todos os Sindicatos, realizado em 1977, representa a indelével confirmação da vontade de consolidação e reforço do carácter unitário da CGTP-IN.

O 4.º Congresso confirmou a força, a vitalidade e a importância da CGTP-IN que é, sem a mínima sombra de dúvida, o maior e mais poderoso movimento social português. O 4.º Congresso, aberto a todos os sindicatos, demonstrou que a nossa organização se afirma, cada vez mais, como a central sindical onde é possível o encontro de todos quantos estão verdadeiramente interessados na defesa dos interesses de classe dos trabalhadores portugueses! **A**

Lutando em duas frentes – contra a política da AD e pelo êxito do 4.º Congresso da CGTP-IN – o movimento sindical unitário e os trabalhadores desenvolveram, nos últimos meses, uma intensa actividade que se saldou já pelo reforço da organização, da unidade e do prestígio da central sindical portuguesa perante os trabalhadores e a população em geral.

Pela diversificação e pelo nível das iniciativas realizadas na fase preparatória, pela vasta participação e discussão no próprio Congresso, este foi sem dúvida o maior acontecimento sindical da vida portuguesa. Centenas de reuniões e plenários de empresa mobilizaram para a discussão das teses do Congresso muitos milhares de trabalhadores que, desta forma, deram desde logo o seu contributo essencial ao estudo e à resolução dos graves problemas nacionais.



*“Por esta estrada amigo vem...
que vale a pena lutar!”*

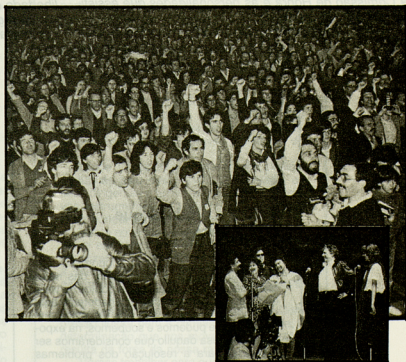
Numerosas iniciativas específicas no âmbito da dinamização do Congresso, viradas para a juventude, as mulheres, os quadros técnicos, alargaram a influência e reforçaram a CGTP-IN.

Variados debates e colóquios abertos à população – sobre o desemprego, as condições de vida, a paz e o desarmamento, a educação, os tempos livres, as nacionalizações, a história do movimento sindical, etc., etc. – deram também uma tônica de grande abertura do Congresso à opinião pública em geral, conferindo-lhe uma dimensão verdadeiramente nacional, de grande impacto.

Ao nível da informação, apesar do silêncio habitual nos principais órgãos de comunicação estatizados, o certo é que, muito antes do Congresso se conseguiu romper a barreira do silêncio, e aquele saltou para as páginas de muitos jornais, inclusive a imprensa regional.

O Congresso em si foi largamente noticiado e abordado por todos os grandes órgãos de informação, tornando-se nesses dias um tema central da vida portuguesa. De entre as numerosas iniciativas paralelas ao Congresso, e que confirmaram o poder de mobilização e a capacidade de realização do nosso movimento sindical, destacuem-se duas: Uma foi o espectáculo **«Por esta estrada amigo vem»**, que teve lugar no dia 12, no Coliseu de Lisboa, em duas sessões, no qual participaram dezenas de artistas e grupos prestigiados conhecidos do grande público. Teatro, música, canto, circo... de tudo isso um pouco, fizeram aquilo que já alguém chamou «superprodução da CGTP-IN».

Outra iniciativa que teve grande impacto foi a exposição **«Vale a pena lutar»**, que histo-



riou e documentou os 3 anos de unidade e luta da CGTP-IN, desde o último Congresso, e que teve lugar de 10 a 15 de Março, em plena praça do Rossio, em Lisboa. Esta exposição foi visitada por muitos milhares de pessoas que, desta forma também, passaram a conhecer melhor a central sindical portuguesa.

Nas fotos, deixamo-vos alguns aspectos da exposição e do espectáculo. (A)

intervenções

A luta de massas continuará a ser factor determinante

Armando Teixeira da Silva

No discurso de encerramento do Congresso, em nome do Conselho Nacional da CGTP-IN, eleito neste Congresso, **Armando Teixeira da Silva** saudou todos os delegados e as representações estrangeiras e agradeceu a presença dos convidados, com destaque para a Comissão de Honra e as personalidades que assistiram ao 4.º Congresso.

«Tão significativo apoio — salientou Teixeira da

Silva — demonstra bem que a CGTP-Intersindical Nacional é digna do respeito de todos os homens e mulheres que, nos mais variados sectores da vida nacional, encontram nos ideais da liberdade, da democracia e do progresso, o pólo aglutinador da vontade de um povo libertado da opressão pelo glorioso 25 de Abril.»

A seguir divulgamos alguns passos mais significativos desta intervenção.

Esta é a unidade que defendemos

Este nosso grandioso Congresso demonstrou claramente que, apesar das naturais e saudáveis diferenças de pontos de vista que existem no seio dos trabalhadores e aqui representadas, todos nós nos empenhámos o melhor que pudemos e soubemos, na exposição e defesa daquilo que considerámos ser essencial para a resolução dos problemas dos trabalhadores.

Ficou aqui, também, claramente demonstrado que se reforça cada vez mais o sentimento de unidade que anima os trabalhadores.

Correspondendo a esse sentimento, alargou-se a base unitária da direcção da nossa Central, em cujo conselho nacional se encontram representadas todas as correntes de opinião com expressão no movimento sindical português.



Esta é a unidade que se vive nas empresas, esta é a realidade que se vive nos sindicatos, uniões e federações, esta é a unidade que a nossa Central defende. Esta é a unidade que a situação exige e corresponde fielmente ao mais profundo sentir dos trabalhadores portugueses.



Contudo, há ainda quem procure contrariar esta realidade. Afirmamos aqui, com toda a sinceridade, que o nosso desejo seria não termos de combater as acções divisionistas que ainda se manifestam.

Não podemos, porém, deixar de o fazer porque, como a vida já nos demonstrou, sempre que o divisionismo se manifesta, a nossa luta contra o patronato defronta-se com maiores dificuldades.

Por isso, para sermos coerentes e consequentes na nossa luta pela unidade não temos outros caminhos senão combater o divisionismo.

A solução dos problemas nacionais não é incompatível com os interesses dos trabalhadores

O IV Congresso realizou-se depois de uma extraordinária vitória da luta dos trabalhadores e do seu movimento sindical que se traduziu na derrota da direita, dos seus planos golpistas e dos seus governos, objectivos que nos propusemos e pelos quais lutámos desde que a AD chegou ao poder (...)

Consequimos, camaradas, defender e preservar o essencial da fortaleza da Revolução do 25 de Abril. E é a partir daí, a partir dessa vitória e da derrota definitiva da AD — que as eleições de 25 de Abril confirmarão — que os trabalhadores exigem que seja materializado numa solução política este gigantesco movimento que se criou e desenvolveu, por todo o país, de luta, de resistência e de vontade revolucionária para defender e prosseguir o Portugal de Abril.

Declaramos desde já que não permitiremos que, derrotada a direita, ao passo em frente que se exige, se adie por mais tempo, em nome de falsos consensos de salvação nacional, a possibilidade de congregar os esforços dos trabalhadores, dos democratas para encontrar as soluções que a crise exige.

Consideramos que a solução dos proble-

mas do país não é incompatível com a defesa dos interesses dos trabalhadores.

Pelo contrário, o respeito pelos interesses e direitos dos trabalhadores é condição essencial para o seu empenhamento.

Mas que ninguém pense que esse empenhamento é possível sem que se forme um governo que lhes mereça minimamente confiança e sem que seja posta em prática uma política em que as suas organizações tenham participado activamente.

Luta de massas continuará a ser o factor determinante

Os trabalhos deste Congresso, as conclusões a que se chegou, apontam, de forma clara, as condições exigidas pelos trabalhadores para resolver os graves problemas do país.

Deste Congresso, o movimento sindical português saiu mais forte e enriquecido, os seus dirigentes e activistas possuem hoje novos instrumentos de trabalho — o guia que deve nortear toda a sua acção.

Nesta nova etapa, que se nos coloca pela frente estamos em condições de organizar e mobilizar os trabalhadores, na certeza de que a luta de massas continuará a ser o factor determinante na evolução da situação política.

A combatividade demonstrada neste Congresso ilustra bem a confiança que temos, a determinação que nos move e anima e que resulta da força da nossa razão.

Vamos trabalhar para que este 25 de Abril seja viver Abril de novo.

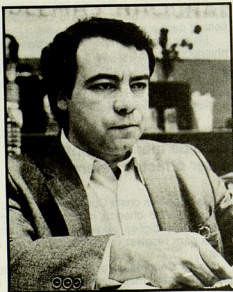
Vamos preparar, desde já o 1.º de Maio de todos os trabalhadores no sentido de, uma vez mais, realizarmos uma grande demonstração da vontade colectiva dos trabalhadores portugueses.

Vamos mobilizar-nos e organizar a luta do movimento sindical para levar à prática as conclusões deste grandioso Congresso. (A)

Aspectos mais importantes dos novos estatutos

Carvalho da Silva

Em nome do Secretariado Nacional, Carvalho da Silva apresentou ao Congresso as propostas de alteração aos Estatutos da CGTP-IN e Regulamento Eleitoral. Da sua intervenção salientamos as passagens que a seguir transcrevemos.



As alterações propostas aos estatutos da CGTP-IN agora em discussão, pretendem responder aos seguintes objectivos: ligação da CGTP-IN às tradições de organização e luta do movimento operário português, consolidação e alargamento do Movimento Sindical Unitário e reforço da CGTP-IN, aprofundamento da democracia interna e aumento da participação dos trabalhadores adequação dos órgãos da Confederação e melhoria do seu funcionamento (...)

«Tudo começa nos locais de trabalho»

As alterações introduzidas com o objectivo de consolidar e alargar o Movimento Sindical Unitário e a CGTP-IN centram-se fundamentalmente na noção de sindicato e no papel das estruturas intermédias.

A concepção de que o sindicato é a associação sindical de base da CGTP-IN e de que a sua estrutura, organização e actividade as-

sentem na participação activa e directa dos trabalhadores e se desenvolve a partir das organizações sindicais de empresa, constitui uma alteração que visa reforçar a noção de que tudo começa nos locais de trabalho e é aí que se deve centrar o fundamental da nossa atenção e das nossas preocupações, qualquer que seja a frente de trabalho, a tarefa, a reivindicação. (...)

Surgiram propostas de alteração no sentido de ser retirada dos estatutos a referência ao papel de direcção das uniões e federações. Pelas razões que acabamos de expor não pudemos considerar tais propostas e, ao invés, afirmámos expressamente o papel de direcção do sindicato. Parece-nos, assim ter ficado mais claro e coerente o capítulo referente à estrutura e organização da CGTP-IN.

A consagração do direito de participação das uniões e federações no congresso, com direito a voto, correspondendo ao estágio actual de desenvolvimento das estruturas intermédias, visa reforçar a sua participação nos órgãos da CGTP-IN e, consequentemente, também no movimento sindical (...)

Aprofundar a democracia interna Aumentar a participação dos trabalhadores

As alterações introduzidas com o objectivo de aprofundar a democracia interna e aumentar a participação dos trabalhadores centram-se, fundamentalmente, na composição da representação dos sindicatos no congresso e no voto por delegado. São também, de referir outras alterações no mesmo sentido, como a da alínea g) do artigo 17.º que visa sobre todas as questões de interesse dos trabalhadores e, ainda, a que alarga a possibilidade a 1/20 dos delegados ao congresso de apresentar listas de candidaturas para o conselho nacional.

Na fase preparatória do congresso e por que a questão já havia sido suscitada aquando da aprovação do regulamento do congresso, foi muito discutida a representação dos sindicatos e o voto por delegado.

Sem perder de vista dois princípios fundamentais, ou seja, o de que a CGTP-IN é uma conferência de sindicatos e que a representação destes no seu órgão máximo tem de ser proporcional à sua representatividade,

alterou-se o sistema de voto; instituindo-se o voto por delegado (...)

As alterações nos órgãos

Com o objectivo de melhorar o funcionamento dos órgãos e adequá-los melhor às necessidades da CGTP-IN introduziram-se algumas alterações importantes. Eliminou-se o conselho geral por se ter verificado que, apesar de sucessivas adaptações a que foi sujeito, continuou a revelar deficiências no seu funcionamento e a não cumprir satisfatoriamente as funções que lhe eram atribuídas. Em consequência desta eliminação distribuíram-se as suas competências pelo plenário e pelo conselho nacional. Ao plenário atribuíram-se as competências de fiscalizar a aplicação dos fundos e de vigiar o cumprimento dos estatutos; ao conselho nacional atribuíram-se as competências de dinamizar e acompanhar a aplicação prática, a todos os níveis, das deliberações e orientações da CGTP-IN.

Também em resultado da extinção do conselho geral e tendo em consideração a experiência de funcionamento do secretariado nacional alargou-se substancialmente a composição do conselho de forma a satisfazer as necessidades de assegurar a representação dos diferentes sectores, regiões, categorias profissionais e as diferentes opiniões existentes no seio do movimento sindical (...).

A análise da gestão e contabilidade

Importa, ainda, referir uma outra alteração introduzida no capítulo dos fundos e que se refere à gestão administrativa e financeira e à possibilidade de a CGTP-IN analisar em determinados casos, a gestão e contabilidade das associações sindicais. Esta foi, sem dúvida, uma das alterações que mais controvérsia suscitou, comprovada pelas propostas de alteração apresentadas ao congresso.

Em nosso entender essa controvérsia assenta numa visão do movimento sindical como se não fosse um todo, com toda a diversidade nele contida.

É necessário que todos os componentes desse conjunto (Sindicatos, União, Federações, Confederações) cumpram os seus deveres e se responsabilizem por esse cumprimento.

É no sentido de assegurar essa responsabilização e de consagrar a solidariedade de interesses existentes entre todas as associações sindicais, que se introduziu o artigo 64.º (...).

O direito de tendência

Por último, cabe-me referir uma alteração agora apresentada ao congresso pelo Secretariado Nacional e que se refere ao direito de

tendência. Esta é sem dúvida uma das questões mais controversas e que urge clarificar.

O artigo 56.º da Constituição da República, depois da revisão constitucional, assegura aos trabalhadores, no exercício da liberdade sindical o direito de tendência na forma que vier a ser consagrada nos estatutos das associações sindicais.

Para além da posição crítica assumida pela CGTP-IN quanto à revisão da Constituição, certo é que esta preserva, no essencial, os direitos e conquistas dos trabalhadores e o seu cumprimento é um dos nossos objectivos.

Neste sentido, introduzimos o reconhecimento aos associados do direito de tendência, de acordo com o referido no artigo 56.º da Constituição.

No entanto, esse direito de tendência pode assumir as mais diversas formas. Temos todos bem presentes que o direito de tendência foi reclamado por aqueles que, com evidentes propósitos divisionistas pretendiam que, por via dos estatutos ou por imposição legal, se consagrassem mecanismos que, em última análise, viessem a paralisar a actividade sindical, institucionalizando a luta partidária no seio do movimento sindical.

Por isso, o direito de tendência, entendido como direito de fracção, marcou toda a discussão, e desde logo, demarcou aqueles que defendiam a unidade do movimento sindical e os que pretendiam dividi-lo.

A CGTP-IN sempre distinguiu o direito de tendência, entendido como direito de fracção do direito de livre expressão e discussão de todos os pontos de vista existentes no seio dos trabalhadores. Este direito de livre expressão e discussão está consagrado nos nossos estatutos e é, para nós, indissociável da democracia sindical que sempre defendemos e em cujo aprofundamento estamos empenhados.

Dai que sempre se tenha privilegiado, em defesa dos princípios da unidade dos trabalhadores, quer a procura do consenso ao nível das tomadas de posição, quer a elaboração de listas de candidatura para os órgãos das associações sindicais que expressem os diversos pontos de vista existentes no seio dos trabalhadores.

Todavia, pensamos que, sem abdicar do princípio da unidade, é possível na linha do aprofundamento da democracia sindical, encontrar formas ainda mais aperfeiçoadas que reforcem a unidade.

Para tal é necessário prosseguir a discussão já iniciada desta questão. Partindo da análise do conteúdo negativo que tem estado sempre subjacente à discussão do direito de tendência, procurámos encontrar as formas mais adequadas ao estado actual do Movimento Sindical que sirvam os nossos objectivos e dêem cumprimento ao dispositivo constitucional.

O resultado desta discussão será, sem dúvida, assumida pelo plenário da CGTP-IN que definirá, então, as formas de exercício do direito de tendência que considerar mais justas e adequadas. (A)

O diálogo não substitui a luta!

José Luis Judas

A intervenção de fundo para a apresentação dos projectos programáticos da CGTP-IN (Programa e Programa de Acção para 3 anos), coube a José Luis Judas, o qual num dos mais importantes e vibrantes discursos do Congresso, afirmou, nomeadamente:

«A nossa vitória é tão grande...»

É por todos sabido que o nosso Congresso está a decorrer num período particularmente difícil para os trabalhadores e em resultado da crise económica e financeira em que todo o País foi mergulhado, desde 1976, com particular relevância para a acção dos Governos AD. Mas nós, os trabalhadores, vivemos um momento de uma grande vitória do movimento operário. Muitas vezes não temos sabido salientar junto dos trabalhadores as suas próprias vitórias. Os trabalhadores fizeram a primeira greve geral, fizeram a segunda greve geral, houve trabalhadores mortos no 1.º de Maio – e tudo isto porque queríamos uma nova política, queríamos que a AD saísse do Governo, queríamos uma solução democrática. Conseguimos, com a dissolução da Assembleia da República, criar condições para tudo isto! E, em todo o caso, verificamos que ainda há camaradas que quase consideram estarmos numa situação de derrotados... E o contrário, camaradas! A nossa vitória é tão grande que os nossos inimigos, se até aqui falavam apenas em partir a espinha à Intersindical, em esmagar a cabeça da Intersindical, hoje acenam com o «pacto social», o «consenso social», «o regime de salvação nacional» (...)

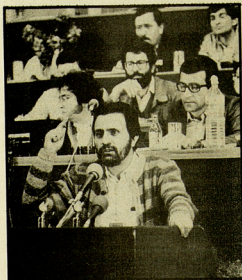
Sem dúvida que houve brechas do nosso lado, que houve desânimos, que houve feridos, que há tudo o que existe numa luta. Mas o resultado, camaradas, é altamente positivo. O nosso principal inimigo, a AD, não existe já.

«Não somos nós. São eles que têm que mudar!»

Fala-se hoje muito em «diálogo», «concertação», «pacto social», «pacto social», governo de «salvação nacional» e outras coisas. E nós? Com quem é que nós fazemos isto? Para mim, para muitos dos camaradas que de certo ainda

não se esqueceram das caras que passaram nos ecrãs da TV atacar a CGTP-IN, quando foi das greves gerais, todos eles afirmavam nessa altura que a CGTP-IN não queria, de facto, resolver os problemas do País. Alguns chegavam mesmo a dizer que a AD era para governar 4 anos. E hoje falam em «pactos», em «consensos» com a CGTP-IN!...

Esta é uma profunda derrota de toda esta gente! Eles não têm coragem de o reconhecer. Mas que nós tenhamos pelo menos a consciência do que conseguimos!



E com quem é que se vai fazer esse diálogo? Com os que estão com o regime democrático? Ou com os que estão contra? Com os que apontam para uma perspectiva de uma sociedade socialista ou com os que atram com o Socialismo para o século 21? E preciso que fique claro. O Movimento Operário Português tem muita confiança nas suas próprias forças, e tem uma profunda desconfiança na esmagadora maioria das posições partidárias que se dizem defensoras dos trabalhadores! E é a partir deste realismo que devemos arrancar. Não somos nós que temos que mudar! São eles que têm que mudar! São eles que têm que mostrar que mudaram!

«Não há diálogo com quem não respeite a Constituição»

Foi feita a revisão constitucional. Diziam então os seus defensores que ela era o factor decisivo para a resolução dos problemas nacionais. Nessa altura, quem leu os documentos da CGTP-IN, lembrar-se-á que dizíamos «a revisão da Constituição não vem dar mais pão aos trabalhadores e ao povo». Pelo contrário, o não cumprimento da Constituição é que irá ser o ponto de atraso da sociedade e

do progresso. Hoje, têm a Constituição que quiseram. Nós lutámos o que pudemos para que ela se mantivesse como ainda é, mas consideramos que foi uma importante vitória, apesar de tudo, a Constituição que temos.

Se eles não conseguiram mais, é porque não tiveram força para isso. Nem foi preciso cercar a AR, porque na mente de cada um daqueles senhores estava a ideia de que tudo o que estavam a fazer era tirar a confiança que o povo lhes havia dado em 25 de Abril de 1974.

Para nós, camaradas, não há diálogo com ninguém que, à partida, não respeite a Constituição da República. A primeira condição que exigimos é a declaração expressa e formal de que se respeita integralmente a Constituição. Isto significa: direitos sociais, económicos e políticos do povo português. Não é uma Constituição qualquer. É uma Constituição que tem a Reforma Agrária, que tem nacionalizações, que tem controlo operário. É uma Constituição que tem direitos e liberdades sindicais, tem amplos direitos fundamentais dos cidadãos. É esta Constituição que pode permitir a base de entendimento para uma solução nacional.

«Não acreditamos em 'salvadores' mas nos construtores do futuro»

E se eu hoje utilizei a expressão «solução nacional» foi para fugir à expressão «salvação nacional». Não há «salvadores», camaradas! Nós não acreditamos em salvadores. Nós acreditamos nos construtores do futuro, e os construtores do futuro somos nós próprios, os trabalhadores!

Apresentámos um caderno e um Programa para três anos que é perfeitamente realista. Sabemos que a crise existe. Que somos os principais prejudicados com a crise. Queremos resolver a crise. Mas que não pensemos que a chantagem da crise serve para engolirmos aquilo que não queremos! Que isso seja também um ponto claro.

Não dizemos, como alguns, irrealistas, que «os ricos que paguem a crise». Não! Sabemos que os trabalhadores, em qualquer sociedade, mesmo dirigida por eles próprios, numa situação de crise, têm que pagar o seu quinhão. Mas dizemos, isso sim, que aqueles que mais têm, mais paguem, aqueles que mais enriquecem, mais paguem. Queremos uma profunda reforma de justiça social!

«Vamos para a mesa com independência de classe»

Finalmente, camaradas, queria pôr uma outra questão que lança muita confusão no seio de alguns amigos. Há camaradas que, quando se fala em diálogo, vêem logo um bicho de sete cabeças. Naturalmente poderão ter menos confiança em si próprios e nas suas convicções. Nós, não é por nos sentar-


mos à mesa com quem quer que seja, que, à partida, abdicamos de ser o que somos. Vamos para a mesa com os parceiros que entendermos, com perfeita independência de classe. Não nos submetemos, de certeza absoluta a consensos maioritários. Quem define os interesses dos trabalhadores são só os trabalhadores!

O diálogo, camaradas, não substitui a luta. Nos nossos documentos está lá isso expresso. Mesmo que houvesse uma solução política democrática — e é preciso definir aqui o que significa uma solução política democrática: é uma solução política onde participem forças representativas dos trabalhadores (mas não só!) — Mas, dizia eu, mesmo que houvesse uma solução política democrática, só a luta dos trabalhadores poderia possibilitar que os aspectos positivos dessa política fossem levados à prática. Não pensem que nós descansáramos! Ou alguém está convencido que se houver uma solução democrática, os trabalhadores da Reforma Agrária, por exemplo, ficam à espera que alguém vá resolver os seus problemas em vez de tomarem eles próprios, nas suas mãos a defesa dos seus interesses?

«No reforço da CGTP-IN está a solução dos problemas»

Já somos uma organização com doze anos desta era, se quisermos, nova. Mas acumulámos em doze anos uma grande experiência. Não só a que veio do Movimento Operário Português... da primeira República... do tempo do fascismo..., mas atravessámos também um período revolucionário, um período de refluxo, um período defensivo. Temos uma grande e profunda experiência. Temos dezenas de milhares de dirigentes e quadros sindicais. Somos uma grande força. É o reforço da CGTP que está a solução dos problemas.

Camaradas, alguns deixam-se, às vezes, embalar no canto das sereias dos divisionistas em torno de miragens de unidade. Mas é preciso dizer que ninguém é mais amante da unidade do que nós próprios! É o reforço da CGTP que está o futuro do Portugal democrático. Nunca seremos nem nos daremos por satisfeitos em relação à unidade. Nunca consideraremos que a nossa democracia é plena. Há, sempre e sempre, muito mais a fazer. E nunca deixaremos de fazer o nosso trabalho, de tal forma que ele esteja ligado às massas, porque é nos trabalhadores que reside efectivamente a nossa força. E é, pois, com confiança na CGTP, sem triunfalismo, que apresentamos ao Congresso este Programa para três anos.

Naturalmente que não é um programa que tenha aquele verbalismo oco que já nos habituámos a ouvir... O espontaneísmo e o voluntarismo. Os saltos para a frente para esconder os passos atrás... Não camaradas: Nós confiamos que é com os trabalhadores e com a democracia que se resolvem os problemas nacionais. 

Contra o slogan do "pacto" a nossa disponibilidade responsável

Kalidás Barreto

A situação económica e o desemprego foi objecto de intervenção de Kalidás Barreto, no âmbito da discussão dos projectos do Programa da CGTP-IN. Do seu discurso salientamos:

Uma política que conduziu à estagnação económica

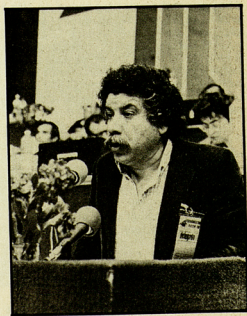
Com o argumento de que a austeridade é necessária para combater o desequilíbrio das contas externas, os governos AD impuseram nestes três últimos anos pesados sacrifícios aos trabalhadores portugueses. No entanto, não só a dívida externa não diminuiu, pelo contrário tem vindo a aumentar vertiginosamente.

Esta política conduziu à estagnação da actividade económica nacional, aumentou o desemprego, manteve a taxa de inflação a níveis superiores aos 20% e levou a uma gradual mas assentuada diminuição da parte dos salários no rendimento nacional (...)

A estagnação da actividade económica, que atingiu em 1982 valores muito próximos dos 0%, o agravamento da crise em muitos sectores, a falência de muitas pequenas e médias empresas, a política de sabotagem e destruição das empresas do sector público, os ataques à Reforma Agrária e a repressão patronal conduziram ao aumento substancial dos despedimentos.

O desemprego tem vindo a assumir aspectos alarmantes e atinge particularmente os jovens e as mulheres, que além disso sofrem também do uso indiscriminado dos contratos a prazo.

A dependência externa do nosso país acentua-se, não só pela elevada dívida ao estrangeiro mas pela política deliberada de abrir Portugal às multinacionais, a quem os governos AD têm vindo a conceder todas as facilidades e a quem prometem a alteração da legislação laboral para que estas possam explorar a seu belo prazer a nossa mão-de-obra (...)



A aplicação desta política foi sempre acompanhada do aumento da repressão e da limitação dos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores, de tal forma que se poderá afirmar que a sua continuação ainda que por outras formas, é uma ameaça ao próprio regime democrático.

Os 4 grandes vectores do plano contra o desemprego

Ao longo destes três anos a CGTP-IN não só denunciou esta política como desenvolveu, por todas as formas e a todos os níveis, uma luta tenaz para que a mesma não fosse concretizada.

A resistência e a firmeza da luta dos trabalhadores portugueses impediu que a Reforma Agrária fosse completamente liquidada, obrigou o governo a recuar nos seus objectivos de destruir o Sector Público, impôs ao patronato o respeito pelos direitos dos trabalhadores impediu o encerramento fraudolento de muitas empresas.

Os trabalhadores portugueses exigem uma nova política económica, que tendo como eixo o combate ao desemprego, esteja virada para o desenvolvimento do país e para a satisfação das necessidades essenciais do nosso povo. É esse o sentido das sucessivas propostas apresentadas pela CGTP-IN e é esse o sentido dos Documentos em discussão neste 4.º Congresso.

O plano de Emergência contra o desemprego que propomos assenta em 4 grandes vectores, ou seja:

- A luta contra os despedimentos
- A criação de novos postos de trabalho
- A melhoria da situação dos desempregados e a definição duma política de Formação e Reciclagem profissionais e a disponibilidade por nós manifestada para discutir medidas necessárias à sua concretização, são um contributo sério e responsável que os trabalhadores portugueses apresentam para a resolução daquele que poderemos sem demagogia, chamar o problema n.º 1 da sociedade portuguesa.

- A dinamização do Sector Público da economia, a devolução das terras roubadas aos trabalhadores na Reforma Agrária e a implementação de uma política de apoio a esta grande conquista da nossa revolução, a concretização dos grandes projectos de desenvolvimento tais como, plano Siderúrgico Nacional, o aproveitamento das Pirites do Alentejo, o Projecto do ferro de Moncorvo, a Barragem do Alqueva, a Renovação da Frota Pesqueira Nacional, etc, são, entre outros, objectivos pelos quais o nosso movimento sindical se bate e que consideramos indispensáveis para a saída da grave crise económica a que os governos da AD conduziram o nosso país.

Não confundir a nossa disponibilidade com «pactos» ou «consensos»

É no quadro destas questões e doutras que poderão ser suscitadas pela discussão, que a CGTP-IN irá apresentar aos órgãos do poder e ao povo português, o conjunto de medidas que a situação exige sejam tomadas.

A nossa disponibilidade para a análise com os órgãos do poder da forma como estas medidas poderão ser aplicadas não pode nem deve ser confundida com qualquer aceitação de «pactos» ou «consensos» que visem manter a política de recuperação capitalista.

Há que saber se se pretende que a recuperação económica seja feita à custa de mais sacrifícios impostos aos trabalhadores ou se pelo contrário ela se fará na defesa e consolidação das grandes transformações económicas da Revolução Portuguesa e no respeito pelos nossos direitos, libedades e interesses.

É urgente que o governo e o patronato compreendam que sem o empenhamento colectivo dos trabalhadores não haverá, em Democracia, soluções para a crise.

É urgente que o governo e o patronato saibam que ninguém o mobilizará só para fazer sacrifícios, ainda que abstractamente se diga que são para a Nação.

É urgente que o governo e o patronato tenham em linha de conta que o País não é exclusivo de alguns, mas, fundamentalmente, dos que criam «riqueza da Nação».

A crise só se ultrapassará com os trabalhadores e jamais contra eles! Por isso ao estafado slogan do Pacto, contrapomos a nossa disponibilidade responsável! **A**



Satisfação dos "22 pontos da CGTP-IN" um desafio ao próximo governo

José Ernesto Cartaxo



O enquadramento da luta dos trabalhadores no contrato da actual crise económica e social foi o tema central da intervenção de José Ernesto Cartaxo, a quem coube apresentar ao Congresso o projecto de Caderno Reivindicativo Imediato — «Os 22 pontos da CGTP-IN».

Uma das questões centrais que se colocam aos trabalhadores e ao seu Movimento Sindical, na situação actual, é a de saber como enquadrar as nossas reivindicações e a nossa luta no contexto da grave crise económica e social que atravessamos.

O Programa de Acção para três anos, já aprovado no nosso Congresso contém a resposta correcta a esta questão. Nete afirmamos claramente não ser possível encontrar respostas adequadas à profundidade e intensidade da presente crise, se não houver uma viragem política, que consolide a democracia no nosso país, que respeite os direitos e os interesses dos trabalhadores.

Não basta o apoio parlamentar para haver estabilidade social e política

A política de recuperação capitalista iniciada em 1976 e agravada nos últimos três anos pelos governos AD arrastaram o País para uma situação de desastre económico e financeiro, com o brutal agravamento das condições de vida dos portugueses.

Com efeito, nos três últimos anos que nos separaram do III Congresso da CGTP-IN assistimos à mais feroz, sistemática e articulada ofensiva contra o movimento operário e popular, contra o Movimento Sindical, contra os direitos e legítimos interesses dos trabalhadores (...)

Contra esta política lutaram abnegadamente os trabalhadores, e se ergueu firme, organizado e coeso o Movimento Sindical Unitário. As duras e longas lutas travadas nos últimos anos e os resultados provam-no bem.

As acções desenvolvidas em defesa da Reforma Agrária, das nacionalizações, das liberdades democráticas. A Marcha contra o Desemprego. As lutas travadas na contratação colectiva.

As milhares de lutas nas empresas e locais de trabalho, em defesa dos direitos, liberdades e interesses dos trabalhadores. E tantas, tantas, outras.

Os resultados estão bem à vista. Apesar da brutalidade da ofensiva desencadeada podemos constatar que esta política foi, no seu essencial, derrotada. **Foi defendido o regime democrático. Foram preservados os direitos dos trabalhadores.**

O fracasso dos governos AD não é um facto isolado. Insere-se no fracasso de sucessivos governos que se lançaram na recuperação capitalista não tendo em conta as realidades do Portugal de Abril e a existência dum poderoso, dinâmico e combativo movimento operário e sindical. Que se tire a lição: **nas condições concretas do nosso país, não basta o apoio parlamentar para haver estabilidade**

social e política, pois não é possível governar sem os trabalhadores e muito menos contra eles.

Falam hoje no «diálogo social» os que, no Governo, foram intelerantes...

Vivemos hoje um período pré-eleitoral. Como noutros períodos eleitorais anteriores, proliferam as promessas (que não foram cumpridas), as propostas de diálogo, mais ou menos alargado, as declarações de tolerância, por parte de certas forças político--sociais.

Invocam hoje a difícil situação económica e financeira procurando assim condicionar as lutas dos trabalhadores — aqueles que, no Governo, foram os responsáveis directos pela actual situação.

Falam hoje no diálogo social — aqueles que, no Governo, foram os mais intransigentes, os mais intolerantes.

Propõem hoje o pacto social — aqueles que, no Governo, procuraram a todo o custo rever a legislação do trabalho, conforme as exigências do patronato da CIP, da CAP, da CCF. Até Mota Pinto cuja governação está bem viva (tristemente viva) na memória dos trabalhadores portugueses aparece agora como campeão da tolerância e do diálogo social.

A questão de fundo para a CGTP-IN não é tanto, este ou aquele programa eleitoral, esta ou aquela promessa, este ou aquele Governo.

A questão de fundo para a CGTP-IN é a da política que irá ser prosseguida. Será uma política: a favor ou contra os trabalhadores? dentro ou fora do quadro económico e institucional definido pela Constituição? satisfará ou não as reivindicações dos trabalhadores?

Não caucionaremos em nome da «concertação» uma política contra os trabalhadores

A nossa resposta como organização social, poderosa, consciente e responsável que somos é a de que só uma política que tenha em conta os direitos dos trabalhadores e que consolide a democracia no nosso país, poderá garantir o seu empenhamento na resolução dos graves problemas nacionais que enfrentamos (...).

A solução da crise não pode ser feita à custa das condições de vida das massas populares e em particular dos trabalhadores. A disponibilidade, o empenhamento na busca para os graves problemas nacionais não são incompatíveis, antes são condições da luta intransigente em defesa dos interesses dos trabalhadores.

Fique claro: o Movimento Sindical não caucionará, em nome da «concertação», o prosseguimento de uma política virada para a intensificação e exploração dos trabalhadores. Estamos disponíveis para discutir e encontrar com os órgãos de soberania forças partidárias e organizações sociais, as soluções mais adequadas à gravidade da situação.

Mas para isso tem de haver uma viragem, tem de haver uma política que, no quadro das transformações democráticas resultantes do 25 de Abril, respeite os direitos dos trabalhadores.

As reivindicações da CGTP-IN são justas, realistas, exequíveis

É exactamente nesta perspectiva que a CGTP-IN propõe os seus 22 pontos, que constituem reivindicações imediatas que consideramos justas, realistas e exequíveis.

São reivindicações que visam fundamentalmente as camadas sociais mais desprotegidas do nosso país, como os desempregados, os jovens, os idosos e as mulheres; que têm em conta essencialmente os trabalhadores com baixos salários ou magras pensões de reforma ou outras; que visa acabar com essa chaga social que são os contratos a prazo.

São reivindicações realistas, pois na sua maior parte se limitam a exigir que seja cumprido o que já se estabelece no quadro constitucional vigente e a reparar as consequências dos abusos e das ilegalidades cometidas pelos Governos da AD.

São reivindicações que têm em conta a presente a situação económica e financeira do país.

São reivindicações que correspondem às necessidades mais prementes dos trabalhadores e do regime democrático, que podem ser imediatamente satisfeitas desde que haja vontade política.

São reivindicações que não prejudicam, antes são necessárias à recuperação económica do País. A sua satisfação constitui a condição decisa para a criação um clima favorável à procura de soluções para os problemas nacionais para a confiança, mobilização e empenhamento dos trabalhadores nas soluções para a crise.

É um desafio, o nosso desafio, ao novo governo que sair das eleições do 25 de Abril.

A sua posição perante elas vai-nos dizer se esse governo está a favor ou contra os trabalhadores, se ele nos merece ou não um mínimo de confiança.

Por isso dizemos já muito claramente ao próximo governo: — se quiser obter o empenhamento dos trabalhadores começa pela satisfação do nosso caderno reivindicativo imediato de «22 pontos».

Veremos então quem defende o diálogo social nas palavras e nos actos. (7)

O número de mulheres dirigentes sindicais aumentou 82%

Alice Rocha

Os problemas da mulher como trabalhadora e como activista sindical foram abordados por Alice Rocha. Transcrevemos os passos mais importantes desta intervenção.

Passados 9 anos após o 25 de Abril, existe hoje no MS uma visão mais clara da importância que assume a participação das mulheres em todos os domínios da vida económica, política e social e da necessidade de as integrar activamente na luta conjunta de todos os trabalhadores, contra a exploração e pela sua comum e paralela emancipação (...)

O trabalho desenvolvido

Desenvolvemos uma ampla discussão em torno do projecto apresentado à AF, sobre a Protecção à Maternidade, Planeamento Familiar e Educação Sexual e Interrupção Voluntária da Gravidez, por considerarmos virém ao encontro de preocupações e reivindicações há muito manifestadas pelas trabalhadoras, e poderem contribuir para a resolução de graves e importantes problemas sociais.

Constituiu-se a Comissão específica de mulheres a funcionar junto do departamento de mulheres da Central e na qual participam os quadros mais responsáveis por esta frente de trabalho a nível nacional que, através da discussão colectiva permitiu fundamentar tomadas de posições sobre questões importantes que se colocam às mulheres trabalhadoras e ainda debater as dificuldades que se põem à sua participação sindical.



Participámos na Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego tomando posição e denunciando a discriminação de que as mulheres são vítimas.

Continuámos também a assegurar a nossa participação no Conselho Consultivo da Comissão da Condição Feminina e a colaborar em iniciativas quer a nível nacional quer a nível internacional, que considerámos de interesse para o aprofundamento e resolução dos problemas que se colocam à mulher trabalhadora.

Camaradas

De todo este trabalho desenvolvido podemos dizer que alguns passos em frente foram dados no que respeita à participação da mulher na vida sindical. Desde o III Congresso até Dezembro de 1982 o número de mulheres dirigentes sindicais aumentou 82%. Mas o aumento não se verificou só em termos de quantidade mas também em qualidade, pois é com muito agrado que vemos mulheres dirigentes participarem a todos os níveis da estrutura e em todas as frentes de trabalho do MS, quer seja na organização, contratação, assuntos sociais, etc.

«Algo está errado»

A criação de departamentos de mulheres nas estruturas intermédias e superior previsto no programa em discussão com um estatuto idêntico aos demais departamentos será, sem dúvida, um passo importante na valorização desta frente de trabalho (...)

É também necessário abolir todo o comportamento negativo, que sob a carga de um falso protecționismo, conduza à subestimação em relação ao trabalho sindical das mulheres activistas.

Se é com satisfação que vemos quase duplicar o número de dirigentes nestes últimos três anos, é com grande preocupação que constatamos que a percentagem de delegadas ao IV Congresso baixou em relação ao III Congresso de 18% para 15%. Algo está errado. E em termos de futuro, para que seja possível prosseguir o nosso trabalho, esta situação merece da parte de toda a estrutura do MS uma profunda discussão e reflexão.

Recusamo-nos a admitir que a culpa seja exclusivamente das mulheres.

Com efeito, continuam a verificar-se muitas incompreensões relativamente às dificuldades das mulheres em participar na vida sindical fundamentalmente porque são elas que continuam a assumir a maior parte das responsabilidades familiares e, também, por preconceitos quanto à sua participação.

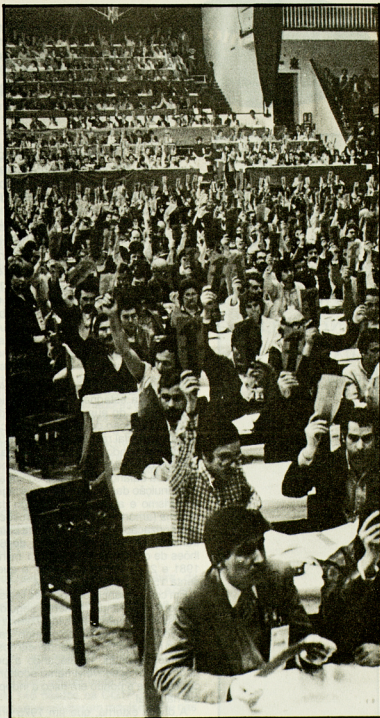
Urgente alterar a situação das mulheres trabalhadoras

Apesar do avanço verificado, sobretudo no plano legal, a situação das mulheres trabalhadoras não se alterou substancialmente na prática nestes últimos anos. Elas continuam a ser discriminadas no trabalho e no emprego e a suportar quase exclusivamente as responsabilidades familiares e as tarefas domésticas sem que se tenham dado passos significativos no sentido de alterar a situação.

A falta de infra-estruturas sociais e de apoio às tarefas domésticas; o analfabetismo, a falta de formação profissional e escolar, o desemprego, a exploração e a falta de apoio à maternidade são factores que contribuem para o afastamento da vida económica, social e política da maior parte das mulheres no nosso país.

É pois urgente e indispensável alterar esta situação. As mulheres são um elemento tão importante como o homem na sociedade e a sua participação é um factor de progresso e de desenvolvimento e contribui para a defesa do regime democrático e para a conquista de uma sociedade sem explorados.

Há que integrar a mulher na luta geral de todos os trabalhadores mas para isso exige-se que as suas preocupações mais específicas sejam também preocupações de todos os trabalhadores e que estejam contempladas nas diversas realizações dos sindicatos, nas lutas e nos objectivos:



- Defesa e alargamento dos direitos das mulheres na protecção à maternidade;
- Direito ao trabalho pondo fim à discriminação;
- Formação e promoção profissional;
- Criação de infra-estruturas de apoio à educação dos filhos;
- Reconhecimento no seio familiar do direito à realização pessoal da mulher. (A)

documentos

Relatório do

SECRETARIADO

**DOCUMENTO
ESSENCIAL
PARA O
CONHECIMENTO
DA SITUAÇÃO
DO PAIS,
DA NOSSA LUTA
E DA VIDA
DO MSU**

O relatório de actividade do Secretariado Nacional da CGTP-IN, no triénio 1980/82, apresentado ao Congresso, constitui um documento essencial para o conhecimento da situação do país, da luta dos trabalhadores e da vida do movimento sindical unitário nestes últimos 3 anos.

Sendo um estudo aprofundado e pormenorizado, dos mais completos até hoje elaborados pela CGTP-IN, é difícil ou impossível apresentá-lo na «Alavanca» em toda a sua extensão e nos seus múltiplos aspectos. Limitamo-nos, por isso, a dar conta de alguns tópicos ou temas, ligeiramente, deixando para próximas edições a divulgação de muitos outros dados de capital importância para todos os activistas sindicais e trabalhadores em geral.

O agravamento da crise

Nos três anos de governação «AD», em resultado da estagnação ou diminuição das exportações, do aumento das importações e da deteriorização dos termos de troca, a balança comercial registou sucessivos agravamentos atingindo o seu défice cerca de 390 milhões de contos em 1981. Este comportamento da balança comercial, conjugado com a diminuição das remessas dos emigrantes e do turismo e aumento do serviço da dívida externa (amortizações e juro), provocou uma deteriorização brutal do défice da balança de transacções correntes que foi de 62,8 milhões de contos em 1980, 163,1 milhões em 1981 e 270 milhões em 1982, o que representa 15 por cento do PIB PM.

Em consequência dos défices registados e da política de endividamento seguida pelos sucessivos governos a dívida externa aumentou vertiginosamente, colocando cada vez mais o nosso país na dependência dos credores internacionais, hipotecando a possibilidade de um desenvolvimento económico independente e pondo em risco a independência nacional.

A dívida externa, que em 1975 era de 46 milhões de contos atingiu os 407,4 milhões em 1980, 652,7 milhões em 1981 e no fim de 1982 ultrapassava mil milhões de contos. O serviço da dívida é cada vez mais importante: em 1979 o défice da balança de rendimentos capitais era de 21,4 milhões de contos, em 1980 de 30,6 milhões de contos, em 1981 de 60 milhões e em 1982 de 103 milhões. Em 1981 a dívida externa total representava 46,9 por cento do PNB e o serviço da dívida 19 por cento das receitas das exportações de bens e serviços e remessas dos emigrantes. A dimensão que a dívida externa atingiu torna mais difícil qualquer futura recuperação pois uma parte crescente das divisas obtidas terá que ser utilizada para amortizar e pagar os juros da dívida externa.

Ao nível interno a actividade económica encontra-se estagnada e o investimento tem vindo a crescer à taxas nitidamente insuficientes o que significa que não está a diminuir o fosso que nos separa dos países desenvolvidos e que não se estão a criar condições para a resolução dos problemas fundamentais da economia portuguesa. Desta forma, não será possível diminuir os desequilíbrios com o exterior ou melhorar as condições de vida do povo português.

Por outro lado o desemprego aumentou e a taxa de inflação tem vindo a situar-se acima dos 20 por cento, com especial incidência nos bens e serviços essenciais.

**As grandes acções de massas
– Os trabalhadores
responderam à ofensiva «taco a
taco»**

A luta dos trabalhadores e das massas populares, no período compreendido entre os dois últimos congressos, teve como características, a unidade das formas de luta.

Foram estas características fundamentais que permitiram um saldo qualificado das grandes acções de massas neste período de que destacamos:

- As duas greves gerais realizadas em 1982, em 12 de Fevereiro e 11 de Maio.
- A marcha contra o desemprego.
- As grandes manifestações do 1.º de Maio, em 1980, 1981 e 1982, com destaque neste ano, para o 1.º de Maio no Porto, tristemente assinalado por acção provocatória sem precedentes, que assinala também o auge da acção repressiva sob os governos da AD.
- As manifestações e concentrações realizadas em todo o país, contra a política reaccionária da «AD», o controlo governamental sobre os órgãos de Comunicação Social e

estatizados, as tentativas de revisão inconstitucional da constituição, os «pacotes laborais», o aumento do custo de vida e por uma nova política que respeite os direitos dos trabalhadores.

— As acções de massas enquadradas nos aniversários da CGTP-IN.

Os trabalhadores lutaram em todas as frentes. E em todas as frentes foi verdade que valeu a pena lutar.

O ano de 1982 é marcado por uma intensificação da acção patronal a nível de empresa contra os direitos e interesses dos trabalhadores, particularmente:

— A proibição do exercício da acção sindical na empresa.

— O aumento da repressão selectiva e generalizada.

— A recusa de acatar decisões judiciais quando favoráveis aos trabalhadores designadamente a reintegração em casos de despedimentos declarados nulos.

— O alargamento das formas de emprego precário, sobretudo os contratos a prazo.

— A violação sistemática do direito de greve.

— A generalização de prémios antigreve.

— O encerramento fraudulento de empresas.

— O não pagamento culposo de salários e subsídios.

Os trabalhadores responderam a esta ofensiva, conjugando as lutas, diversificando-as, recorrendo a novas formas de luta, radicalizando-as, isto é, respondendo «taco a taco» a cada iniciativa patronal.

Alguns resultados da luta no plano da contratação

Apesar do contexto em que se desenvolveu o trabalho sindical, na frente da contratação colectiva, podemos dizer que os objectivos fundamentais definidos no III Congresso foram, no essencial atingidos.

Garantiu-se o efectivo exercício do direito de contratação colectiva e o seu progressivo alargamento a um cada vez maior número de trabalhadores por conta de outrem.

Os trabalhadores lutaram pela defesa do direito de contratação colectiva, posto em causa pelo Governo, através de portarias de extensão de textos subscritos por organizações pseudo-sindicais que visam aplicar condições menos favoráveis de trabalho e remuneração a trabalhadores sindicalizados. Destacamos aqui, pelas repercussões que assumiu, o longo e duro conflito no sector têxtil em 1981, em particular nos lanifícios na zona da Covilhã. Também queremos aqui sublinhar as queixas apresentadas na OIT sobre a violação dos direitos sindicais e a decisão deste organismo internacional, sobre o processo dos têxteis, claramente condenatória do governo português.

Os trabalhadores lutaram com êxito contra as tentativas de aplicação de tectos salariais, por via directa ou indirecta, quer na contrata-

ção colectiva, quer noutras formas de acção reivindicativa. Em 1980, o aumento médio salarial convencional foi de 23,3 por cento, contra um tecto salarial de 18 por cento; em 1981 de 24,1 por cento, contra 16 por cento; em 1982 de 23,4 por cento para um tecto fixado primeiramente em 15 por cento e depois em 17 por cento e já em 1983 há intenção de impor um tecto de 17 por cento, os acordos firmados até ao momento, dão uma média global de 22,99 por cento.

Os trabalhadores defenderam, no essencial, os direitos, as liberdades, as garantias, as regalias duramente conquistadas e consagradas nas convenções colectivas, apesar da brutalidade da ofensiva patronal neste período. Conquistaram-se ainda melhorias nas condições de trabalho e de remuneração, das quais salientamos: a redução da duração de trabalho por via convencional e de cadernos reivindicativos e, nalguns casos, materializada em diplomas legais; a introdução nas convenções de novas cláusulas de expressão pecuniária, com destaque para o subsídio de alimentação, a criação de carreiras profissionais, a introdução de complementos às magras prestações da segurança social; a defesa de direitos de categorias específicas de trabalhadores, como as mulheres e mães trabalhadoras e os trabalhadores estudantes; a uniformização de regalias sociais; a regulamentação da contratação a prazo, conjugada com a passagem a efectivos dos trabalhadores abusivamente contratados a prazo em resultado de acções reivindicativas de empresa.

Reforço da estrutura e organização da CGTP-IN

A evolução verificada na estrutura da CGTP-IN contribuiu para o seu reforço e consolidação. Essa evolução verificou-se fundamentalmente ao nível da reestruturação e/ou estruturação de sindicatos, do reforço do papel das estruturas intermédias e dos órgãos das organizações sindicais e ainda com a evolução das organizações nas empresas. Existem actualmente 294 sindicatos, dos quais 146 filiados na CGTP-IN, 76 não filiados mas que colaboram regularmente nas suas acções e lutas e 36 «independentes» que mantêm uma posição de não participação nas estruturas da CGTP-IN, mas que também se não identificam com o divisionismo.

A CGTP-IN alargou a sua representatividade em sectores até aqui não filiados e os seus princípios são defendidos em cada vez mais organizações sindicais e sectores profissionais.

A reestruturação sindical levada a cabo desde Janeiro de 1980 a Janeiro de 1983, por via da fusão ou integração abrangeu 71 sindicatos que se extinguíram, dando origem a 24 novos sindicatos.

CADERNO REIVINDICATIVO IMEDIATO

As reivindicações adiante enunciadas não prejudicam nenhuma das incluídas no Programa de Acção para 3 anos. Elas foram escolhidas por corresponderem às necessidades mais prementes dos trabalhadores e do regime democrático e poderem ser imediatamente legadas à prática se, para tal, existir vontade política.

Tais medidas não preejudicam, antes são necessárias à recuperação económica do País e, da sua satisfação, dependerá a criação de um clima favorável à procura de soluções para os problemas nacionais com o indispensável empenhamento dos trabalhadores, que lutarão firmemente pela sua concretização.

1. DEFESA DOS DIREITOS E DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

Garantias inequívocas de respeito pela Constituição e pelas leis em vigor, que sejam conformes com ela, repondo-se imediatamente a legalidade nas empresas.

Imediata divulgação dos inquéritos aos acontecimentos do 1.º de Maio de 1982 no Porto, ao assassinato de dois trabalhadores agrícolas de Montemor-o-Novo em 1979, à morte de um trabalhador pela GNR junto à CIFA, no Porto, em 1983, e punição dos respectivos responsáveis.

Dissolução dos actuais corpos especiais de polícia que têm sido utilizados na repressão contra os trabalhadores e as populações, nomeadamente a «polícia de intervenção» e o «grupo de Operações Especiais».

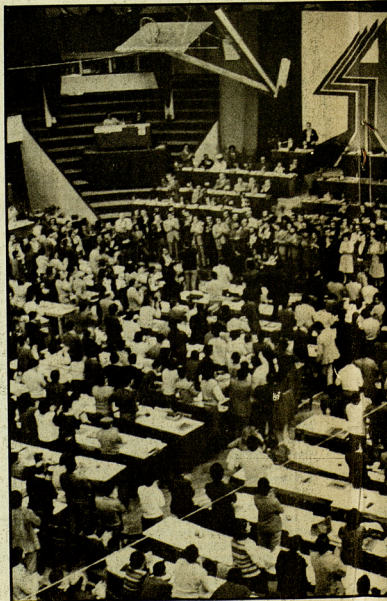
2. DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA

Devolução imediata às UCP's Cooperativas, das reservas ilegalmente atribuídas, dando-se assim cumprimento imediato aos Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo; fim imediato aos leilões, dos concursos públicos, de penhoras ou de quaisquer outras acções contra a Reforma Agrária; acerto de contas entre o Estado e as UCP's Cooperativas, e publicação de nova legislação sobre a cortiça, que permita a sua livre comercialização pelas UCP's Cooperativas.

3. DEFESA DAS NACIONALIZAÇÕES E DO SECTOR PÚBLICO

Cancelamento ou revogação imediata das medidas de desmembramento ou de liquidação de empresas nacionalizadas e de organismos de administração pública com importantes funções sociais, e fim imediato da venda das participações do Estado nas empresas. Imediata implementação de medidas de relançamento dos sectores nacionalizados, vitais para a independência nacional, neste campo nomeadamente a marinha de comércio, as pescas e a construção naval.

Garantia de que a delimitação dos sectores de propriedade dos meios de produção não será alterada ou regulamentada em termos contrários ao princípio constitucional da irreversibilidade das nacionalizações. Imediata entrada em fun-

OS 22 PONTOS*da*

S da CGTP-IN



ções dos gestores eleitos pelos trabalhadores em todas as empresas do sector empresarial do Estado. Com pleno respeito pela legalidade democrática, demissão dos gestores incompetentes ou que, pela sua acção procuram destruir as empresas nacionalizadas e entregar as suas partes mais rentáveis aos interesses monopolistas.

4. COMBATE À CORRUPÇÃO

Medidas efectivas contra a corrupção na Administração e no sector Público, a começar pelo levantamento imediato de um inquérito à corrupção na banca e restantes empresas nacionalizadas, com a demissão de todos os gestores responsáveis.

5. LIBERDADE E PLURALISMO NA COMUNICAÇÃO SOCIAL E DIREITO DE ANTENA

Medidas para garantir o pluralismo e a liberdade de expressão nos órgãos de Comunicação Social estatizados, começando pela imediata destituição de todos os órgãos de gestão nomeados pelo Governo AD. Alargamento do tempo de antena das associações sindicais no mínimo para 120 minutos/ano na RTP e para 240 minutos/ano na RDP. Regulamentação do mesmo direito (direito a espaço) nos órgãos de comunicação escrita pertencentes ao Estado.

6. GARANTIAS E PROTECÇÃO DOS DIREITOS SINDICAIS

Garantias da aplicação efectiva dos direitos de exercício da actividade sindical na empresa e da lei de protecção dos representantes dos trabalhadores, com reintegração de todos os que foram ilegalmente despedidos e suspensos. Obrigatoriedade de cobrança da quotização sindical por desconto na retribuição dos trabalhadores, na Administração Pública e nas empresas públicas ou privadas, sempre que tal sistema estivesse a ser praticado nos termos da Lei 5777; aplicação de um regime de rendas de casa limitadas às associações sindicais; isenção do imposto de selo, do imposto de compensação e de custas judiciais; porte pago para a Imprensa e restantes publicações sindicais; financiamento pelo Estado da formação sindical e da formação dos juizes sociais.

7. RECONHECIMENTO EFECTIVO DOS DIREITOS DE PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES

Imediata inclusão de representantes das associações sindicais nos órgãos de direcção efectiva (nacionais, sectoriais, regionais e locais), sem prejuízo da participação nos órgãos de consulta e de fiscalização, do Instituto de Emprego e Formação Profissional, do Instituto de Gestão Financeira de Segurança Social, dos Centros Regionais de Segurança Social do Derivo Nacional de Saúde e do INATEL.

8. GARANTIA DA REALIZAÇÃO EFECTIVA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

Gestão tripartida da Inspeção do Trabalho; direcção da actividade instrutória pelo Ministério Público; sistemática audição prévia dos sindicatos sobre todos os conflitos de trabalho; acompanhamento dos agentes e inspectores pelos delegados e dirigentes sindicais, em todas as visitas e inspecções; notificação dos sindicatos da remessa dos autos de notícia para os tribunais; extinção da tentativa prévia extrajudicial de

conciliação; gratuidade do processo de trabalho para os trabalhadores; reconhecimento do direito de acção judicial às associações sindicais, nos conflitos colectivos bem como nos individuais e plurindividuais resultantes da violação pelo patronato de normas legais ou de cláusulas de convenções colectivas e sempre que o conflito se relacione com o interesse colectivo da categoria; fazer incidir sobre a entidade patronal o encargo de fornecer ao tribunal todos os elementos de prova que digam respeito às pretensões apresentadas ou alegações feitas pelo trabalhador, seja qual for a posição processual deste.

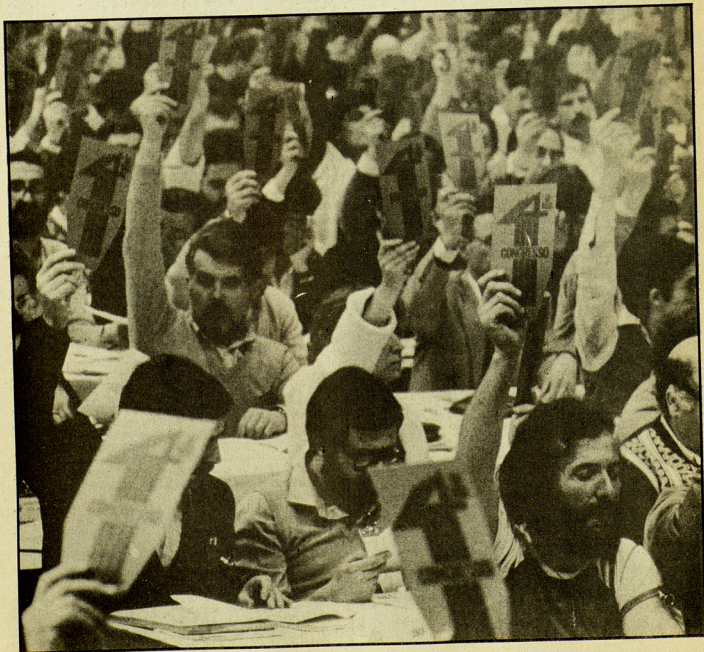
9. CONTRA OS CONTRATOS A PRAZO

Revogação imediata da lei dos contratos a prazo, limitando-se estes à satisfação de necessidades objectivamente temporárias de trabalho, definidas por negociação colectiva.

Passagem imediata a efectivos de todos os trabalhadores abusivamente contratados a prazo.

10. DEFESA DA LEGISLAÇÃO DO TRABALHO FAVORÁVEL AOS TRABALHADORES E SUA EXTENSÃO AS CAMADAS DE TRABALHADORES AINDA EXCLUÍDOS

Garantia de que não haverá qualquer alteração desfavorável aos trabalhadores nas leis do trabalho, nomeadamente a lei dos despedimentos e a lei da greve. Extensão imediata da legislação geral do trabalho e da contratação colectiva aos trabalhadores no domicílio, devendo ser publicada, no prazo de 30 dias, regulamentação especial para tornar efectiva aquela extensão. Publicação do Regime Jurídico do Contrato Individual de Trabalho a bordo de embarcações de pesca e dos trabalhadores das instituições privadas da solidariedade social, de acordo com os projectos apresentados pelos sindicatos interessados e pela CGTP-IN. Reconhecimento e garantia dos direitos dos trabalhadores, nomeadamente de contratação colectiva, para os trabalhadores da Função Pública, para os trabalhadores civis das forças armadas e para os trabalhadores de entidades estrangeiras em território nacional, como a base das Lajes.



11. DIREITOS DOS QUADROS E TÉCNICOS E RESTANTES TRABALHADORES INTELECTUAIS

Reconhecimento imediato e regulamentação dos direitos e garantias inerentes à actividade intelectual assalariada, nomeadamente: autonomia técnica; estabilidade de emprego; ocupação efectiva dos quadros técnicos e intelectuais em funções compatíveis com a sua especialização; direito à criação, à remuneração adequada e ao controlo da utilização dos inventos.

12. DIREITO AO TRABALHO DE DEFICIENTES E SINISTRADOS NO TRABALHO

Imediata publicação, com as emendas propostas pela CGTP-IN, do projecto de diploma relativo às quotas de emprego para deficientes e ao direito de reabilitação médica e profissional, assi como à manutenção do emprego dos trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho ou doenças profissionais. Reconhecimento dos direitos das Comissões de Higiene e Segurança nas empresas.

13. PAGAMENTO DOS SALÁRIOS EM ATRASO

Constituição de um fundo de garantia financiado pelo patronato para pagamento das dívidas aos trabalhadores, em caso de falência ou insolvência de empresas. Responsabilização do património pessoal dos donos das empresas em caso de suspensão fraudulenta do pagamento de salários ou de desvio ou dissipação ilícita do património das empresas.

Garantia do pagamento de uma prestação pecuniária pelo Fundo de Desemprego nos casos de comprovada impossibilidade de pagamento de salários, ficando o Fundo de Desemprego subrogado nos créditos dos trabalhadores face à entidade patronal. Reforço do controlo de gestão por parte das organizações dos trabalhadores e da fiscalização do Estado às empresas, em todos os casos. Resolução, no prazo máximo de 30 dias, de todas as situações em que haja salários em atraso, com imediato adiantamento pelo Fundo de Desemprego das quantias necessárias para fazer face às carências mais graves.

14. COMBATE AO DESEMPREGO

Início imediato de negociações com vista à aplicação do «Programa de Emergência Contra o Desemprego». Extensão do subsídio de desemprego e do período de atribuição a todos os desempregados que procurem novo emprego, e àqueles que, embora procurando emprego pela primeira vez, tenham familiares a seu cargo, ou não tenham qualquer meio de subsistência. Controlo da aplicação dos dinheiros do Fundo de Desemprego pelas organizações de trabalhadores.

15. DIREITO A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Negociação de um Plano Nacional de Formação Profissional incluindo a formação permanente e do regime jurídico de aprendizagem. Cumprimento do Decreto-Lei n.º 392/79 na parte relativa às acções de formação profissional destinadas às mulheres.

16. GARANTIA DA LIBERDADE E DO DIREITO DE CONTRATACÃO COLECTIVA

Revogação imediata do decreto de 173 e garantia de não fixação, para o futuro, de qualquer tecto ou penalização dos aumentos salariais. Revogação imediata de todas as portarias de extensão violadoras do direito de contratação colectiva e garantia de que, no futuro, o Governo não recorrerá a esta prática.

17. COMBATE À INFLAÇÃO

Criação imediata de um cabaz de compras constituído pelos principais produtos e serviços de primeira necessidade, e combate eficaz à especulação e falsificação dos produtos.

18. DEFESA DO PODER DE COMPRA

Indexação ao índice de preços no consumidor, com actualização semestral, dos salários mínimos nacionais, prestações de segurança social e pensões por acidentes de trabalho e doenças profissionais, sem prejuízo dos seguintes aumentos imediatos: — salários mínimos nacionais, pensões do regime geral, do regime dos rurais e das pensões sociais, aumento de 1000\$00; abono de família: aumento para 700\$00; — pensão mínima por acidentes de trabalho e doenças profissionais: aumento de 2000\$00. Possibilidade de abertura de negociações visando as cláusulas salariais dos instrumentos de regulamentação colectiva logo que o aumento verificado nos preços, desde aentrada em vigor dos salários, atinja 10%. Aumento imediato do limite de isenção do imposto profissional para 210 contos, e aumento de 50% nos limites dos escalões de rendimento do imposto profissional e das deduções à matéria colectável sujeita a imposto complementar, e, para futuro, sua indexação ao índice de preços no consumidor. Separação dos rendimentos dos cônjuges para efeitos do imposto complementar.

19. BENEFÍCIOS NOS PASSES SOCIAIS

Alargamento das modalidades e cobertura geográfica dos passes sociais. Concessão de passe, a preços reduzidos, a estudantes. Garantia de que os passes sociais não sofrerão aumentos brutais e frequentes de preços, com tem acontecido no passado recente.

20. DIREITO À HABITAÇÃO

Elaboração imediata de um plano de construção de habitações de natureza social e concessão de crédito, a juro baixo, às cooperativas de habitação e para aquisição de casa própria, nomeadamente, a jovens casais. Revogação do Decreto-Lei n.º 328/81 (caducidade do contrato de arrendamento por morte do inquilino), do Decreto-Lei n.º 330/81 (que permite aumentos exagerados nas rendas dos arrendamentos não habitacionais) do Decreto-Lei n.º 294/82 (que liberalizou os aumentos de rendas nas casas antigas desde que os enforços façam reparações) e da lei que extinguiu o Fundo de Fomento da Habitação.

21. SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE E GRATUIDADE DOS CUIDADOS DE SAÚDE

Imediata reposição em vigor da lei que criou o Serviço Nacional de Saúde e adopção das medidas com vista à sua institucionalização prática. Revogação imediata de toda as taxas moderadoras de aquisição de medicamentos, sobre os meios auxiliares de diagnóstico, consultas nos SMS, utilização dos serviços de urgência dos hospitais e internamento hospitalar. Revogação das leis que liberalizaram os preços e a venda livre de medicamentos. Revisão das tabelas de reembolso das próteses.

22. DEFESA DA PAZ

Garantias de que o Estado português não autorizará a instalação, trânsito ou estacionamento de armas nucleares em território nacional. ④

RESOLUÇÃO

político-sindical

1. Três anos decorridos sobre o III Congresso da CGTP-IN, são muito diferentes as circunstâncias e as perspectivas que se deparam aos trabalhadores. Em 1980, a AD estava instalada no poder, triunfante e unida, levando à prática a sua política restauracionista, preparando-se para promover a revisão inconstitucional da Constituição e para ganhar o controlo sobre o conjunto dos órgãos de soberania.

2. Hoje, a AD desagregou-se, os partidos que a compõem estão profundamente divididos e enfraquecidos; o seu governo foi demitido; realizar-se-ão em breve novas eleições para a Assembleia da República que abrem as possibilidades de uma viragem democrática na vida portuguesa. Pelo caminho, verificou-se a derrota do candidato presidencial da AD e do plano de realizar a revisão constitucional por meio de referendo antidemocrático.

3. Esta profunda alteração da situação política é, no fundamental, resultado da luta que os trabalhadores e o seu movimento sindical organizado na CGTP-IN, e as forças democráticas levaram a cabo nos últimos três anos, em condições extremamente difíceis.

4. A luta dos trabalhadores sob a direcção da CGTP-IN baseou-se sempre em duas premissas fundamentais. Por um lado, defender em todas as circunstâncias os interesses concretos e imediatos dos trabalhadores, procurando impedir o agravamento das suas condições de vida e a violação dos seus direitos. Por outro lado, não perder nunca de vista a questão determinante do poder político, a importância do aparelho de Estado e a natureza de classe das forças políticas que o dominam — questão essa perante a qual, a CGTP-IN não foi, não é, nem nunca será neutra.

5. Foi por isso que, ao mesmo tempo que desenvolvíamos a luta na contratação colectiva, nas empresas, na acção jurídica e em todas as frentes, contra a exploração e pela defesa dos interesses económicos e sociais imediatos dos trabalhadores, levantámos bem alto a bandeira das nacionalizações, da reforma agrária, do controlo de gestão; combatíamos a ruínosa e antinacional política económica da direita; defendíamos o nosso regime democrático, com a indissociabilidade, de hoje e de amanhã, entre as liberdades democráticas e sindicais e profundas transformações de estrutura económica, na perspectiva do socialismo; entrámos a fundo no combate para impedir a revisão reaccionária e restauracionista da Constituição.

6. Sofremos durante a intensificação brutal da exploração e a degradação das nossas condições de vida, os ataques aos nossos direitos mais elementares e todas as consequências da política de recuperação capitalista. Mas a nossa luta impediu que essa política atingisse todos os seus objectivos. E, em resultado dela, não só conseguimos manter as características essenciais do regime democrático resultante da revolução do 25 de Abril, como abrimos o caminho para mudanças a nível do poder político que abra novas perspectivas à luta dos trabalhadores.

7. Derrotámos a direita. Estamos em condições, a partir de agora, de confirmar e aprofundar essa derrota. Para definir a nossa orientação nos tempos mais próximos, devemos partir de alguns pressupostos fundamentais:

■ PROSEGUIR A LUTA

■ INTERVIR NA BATALHA ELEITORAL

■ LEVAR À PRÁTICA AS CONCLUSÕES DO CONGRESSO

Primeiro — Em consequência da nossa luta, a generalidade das forças políticas não se atreve já a contrariar a ideia profundamente enraizada e compreendida na nossa sociedade segundo a qual, no Portugal dos nossos dias não é possível governar, em democracia, contra os trabalhadores.

Segundo — A grave crise económica em que a política da direita mergulhou o País, torna imperiosa a adopção de uma política que faça pagar mais àqueles que mais têm e recebem.

Terceiro — Para vencer a crise, realizar a recuperação económica e resolver os problemas do povo e do País, é indispensável o empenhamento activo e responsável dos trabalhadores.

Quarto — A política económica para fazer frente à crise, não é incompatível, antes pressupõe, a satisfação das necessidades básicas da população, o combate ao desemprego e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Que ninguém pense que os problemas económicos do País poderão ser resolvidos com mais desemprego, inflação, falências e encerramentos de empresas, tectos salariais, salários em atraso, etc.

Quinto — A política necessária para vencer a crise com o empenhamento dos trabalhadores, pressupõe o respeito integral pelo regime democrático e a aplicação efectiva da Constituição em todos os seus aspectos, nomeadamente sobre as nacionalizações, a reforma agrária os direitos dos trabalhadores.

Sexto — Que, com vista a eventuais negociações com o governo, não são os trabalhadores que têm de mudar, mas sim as forças políticas responsáveis, desde 1976, pela política de recuperação.

Sétimo — Que os trabalhadores não temem o diálogo, as negociações e os compromissos com outras forças sociais e com as forças políticas e os órgãos do poder, sendo, pelo contrário, os sucessivos governos desde 1976 quem sempre recusou o diálogo, praticando uma política autoritária e repressiva. A CGTP-IN intervém nessas instâncias e negociações como em mais uma frente de luta, com plena independência de classe, procurando defender os interesses dos trabalhadores e conseguir por esse meio melhorias concretas da sua situação.

Oitavo — Que a política de negociação é, para nós, indissociável da luta das massas trabalhadoras, no sentido de que ela não implica a colaboração de classes nem a manietação do movimento operário e sindical e no sentido de que só é possível obter bons resultados na negociação com base na luta dura e determinada dos trabalhadores. Em qualquer caso, nunca a negociação poderá substituir a luta das massas trabalhadoras.

8. É neste contexto que a CGTP-IN e os trabalhadores definem a orientação da sua acção e da sua luta no período imediatamente a seguir a este Congresso:

Primeiro — Continuar a desenvolver todas as acções, nas formas que se mostrem adequadas, para a defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores e das conquistas do 25 de Abril.

Segundo — Preparar a intervenção organizada das massas trabalhadoras na próxima campanha eleitoral para a Assembleia da República, lutando para que o resultado das eleições permita afastar definitivamente a direita do poder, criando condições para uma verdadeira viragem democrática na vida portuguesa, que realize plenamente o projecto constitucional e dê satisfação às aspirações dos trabalhadores e do povo.

Terceiro — Apelar à utilização do voto pelos trabalhadores com os objectos indicados.

Quarto — Mobilizar activamente os trabalhadores e organizar audaciosamente a luta de massas para levar à prática as conclusões deste Congresso. **A**

1º maio

IMPORTANTE JORNADA DE LUTA NO QUADRO POLÍTICO PÓS-ELEITORAL

As comemorações do 1.º de Maio foram sempre realizadas no nosso país, mesmo durante o regime fascista, como manifestação popular contra a opressão e a inámbia, pela liberdade e pela democracia.

Continuando essa tradição histórica as comemorações do Dia Internacional dos Trabalhadores, promovidas pela CGTP-IN têm constituído grandes jornadas de luta e de festa, marcadas pela participação, a nível nacional, de grandes massas de trabalhadoras, as suas famílias e pela população em geral.

Pelo seu carácter nacional e popular, pelo seu significado, pela grande demonstração de apoio ao Movimento Sindical o 1.º de Maio é sempre um marco que traduz a determinação e capacidade de luta dos trabalhadores em resolver os seus problemas e os problemas do País.

Assim tem sido, desde a grande festa de 1974 até à grande jornada de luta do ano passado, tristemente assinalado pelos graves acontecimentos verificados no Porto, em que os trabalhadores e a população desta cidade tiveram de lutar na rua para garantir o exercício do direito de reunião e de manifestação.

Os trabalhadores, mais uma vez, reafirmam a exigência da divulgação do relatório oficial desses acontecimentos, com vista a apurar todas as responsabilidades e a punir exemplarmente os criminosos que assassinaram os nossos dois companheiros e provocaram centenas de feridos.

Assim o exigem os trabalhadores e as mais elementares regras da democracia.

O 1.º de Maio deste ano vai ter lugar depois das eleições antecipadas do 25 de Abril que, como tudo indica, confirmará a derrota da direita.

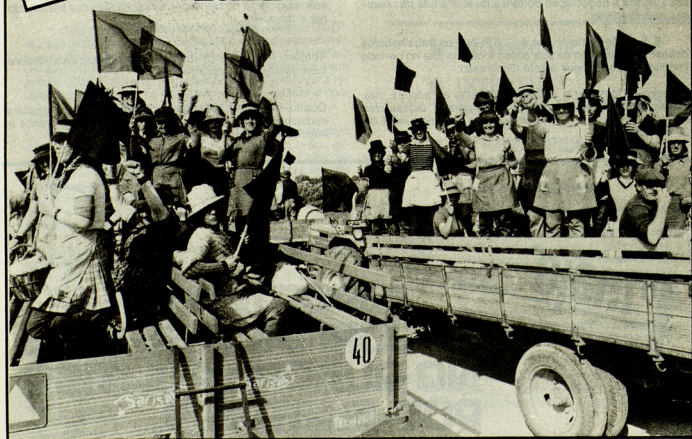
O 1.º de Maio de 83 será, por isso, uma importante jornada de luta que expressará a vontade e as posições dos trabalhadores, perante o novo quadro político que resultar dessas eleições.

Tendo em conta as razões expostas o **4.º Congresso da CGTP-IN decide:**

1. encarregar o Conselho Nacional da CGTP-IN de promover, a nível nacional, as comemorações do 1.º de Maio;
2. recomendar ao Conselho Nacional da CGTP-IN que organize na cidade do Porto no dia 30/4, uma iniciativa destinada a assinalar os acontecimentos verificados no ano passado naquela cidade, na qual devem estar representadas as estruturas sindicais a nível nacional. **A**

moção sobre a

REFORMA AGRÁRIA



A Reforma Agrária, conquista histórica da Revolução do 25 de Abril, alterou profundamente as relações de produção nos campos do Sul do nosso país, permitiu acabar com o domínio dos latifundiários, garantir emprego a milhares de trabalhadores, criou riqueza económica, melhorou o nível de vida dos trabalhadores e das populações do Alentejo e do Ribatejo. A ofensiva desencadeada contra a Reforma Agrária, sobretudo a partir da aprovação da famigerada Lei Barreto, e agora prosseguida por novas e sofisticadas formas, tais como os leilões e as penhoras, conduziu à distribuição de dezenas de UCP's e Cooperativas retirando mais de seiscentos mil hectares das melhores terras, gado e máquinas, com enormes prejuízos para o povo português e para a economia nacional.

O IV Congresso da CGTP-IN reunido em Lisboa, no Pavilhão dos Desportos em 11, 12 e 13 de Março de 1983, manifesta o profundo empenhamento dos trabalhadores portugueses na defesa, consolidação e aprofundamento da Reforma Agrária e **exige**:

— Que o Estado cumpra os preceitos constitucionais garantindo às UCP's e Cooperativas, assim como aos pequenos e médios agricultores, apoio técnico e financeiro necessário ao seu desenvolvimento.

— Que seja posto fim aos leilões das terras das UCP's e Cooperativas.

— Que cessem as penhoras que têm vindo a ser feitas às Cooperativas e que estas sejam reembolsadas das dívidas que o Estado tem para com elas.

— Que sejam devolvidas às UCP's e Cooperativas todas as terras, máquinas e gado que lhes foram roubados e que sejam cumpridos os despachos emanados pelo Supremo Tribunal Administrativo.

O IV Congresso exige, ainda:

— A anulação imediata do Decreto 189 C/81, também conhecido pela Lei Roubo da Cortiça, e que o mesmo seja substituído por legislação, que elaborada com a participação das UCP's e Cooperativas, permita a estas a extração e livre comercialização da cortiça.

— A definição e aplicação de uma política de apoio ao sector agrícola que garanta o escoamento dos produtos agrícolas e a aquisição dos factores de produção a preços justos.

— A concretização do Plano de Rega do Alentejo que, com a irrigação de mais de cento e setenta mil hectares de terra, levaria à criação de mais de 20 000 postos de trabalho directos e permitiria um aumento considerável das produções tradicionais e a introdução de novas culturas e técnicas.

internacional

Solidariedade internacionalista Amizade entre os povos Paz em todo o mundo

Álvaro Rana

Estes foram os aspectos fundamentais que Álvaro Rana salientou da actividade desenvolvida pela CGTP-IN nos últimos 3 anos no plano das relações internacionais. Mas nem só, como se pode concluir das passagens fundamentais do seu discurso que a seguir reproduzimos.



A actividade da CGTP-IN virada para o exterior do nosso país, teve lugar, nestes três últimos anos, num clima de sérias tensões nas relações internacionais e de profundo agravamento nas condições de vida de imensas massas humanas, situação que veio aliás comprovar em grande medida a análise que fizemos quando da preparação do 3.º Congresso da nossa Central.

A evolução negativa que se tem vindo a registar na situação internacional tem origem, no essencial, nos processos que o imperialismo utiliza, quando ganha consciência de que já não é mais possível encobrir o carácter irreversível da crise gerada pelo sistema económico capitalista (...).

Campanhas sobre o «consenso social» para esconder os responsáveis da crise

Os efeitos da crise engendrada pela sociedades multinacionais e pelos grupos monopolistas, esses sim, recaem exclusivamente sobre as camadas laboriosas, sobre o seu nível de vida, provocam o desemprego massivo e crescente, degrada as suas condições de vida e de trabalho, forja uma inflação elevada e permanente, é responsável por fracos índices de crescimento económico e ameaça persistir e ampliar-se em numerosos países.

Nestas condições para se imporem e para limitarem as reacções que naturalmente suscitam as centrais de intoxicação da opinião pública fomentadas e subsidiadas pelo imperialismo, promovem campanhas de grande envergadura, em que recorrendo às mais aperfeiçoadas técnicas de manipulação, apelam «à harmonia social» e «ao consenso social» com o objectivo de animar a colaboração e a concertação de classes, procurando assim, que se aceite a crise como uma fatalidade natural, e tentando esconder a sua natureza, as suas origens, e os seus verdadeiros e únicos responsáveis.

Encontro internacional sobre o desemprego

(...) Impõe-se que as organizações sindicais preparem e incentivem acções comuns contra o desemprego, pela melhoria do poder de compra dos trabalhadores, contra o encerramento de fábricas e os despedimentos, devendo, ao mesmo tempo, lançar-se na preparação de programas de desenvolvimento económico e social, restringindo os poderes dos monopólios e das sociedades multinacionais, a redução dos gastos militares e a sua reconversão para fins pacíficos e de desenvolvimento industrial.

Com esta preocupação acaba a CGTP-IN, em conjunto aliás com sindicatos ingleses, de dirigir um convite a algumas organizações sindicais, de todos os continentes e de todas as orientações do Movimento Sindical Internacional para um Encontro no próximo mês de Abril a realizar em Lisboa, reunião que tem em vista estudar as formas de se aprofundar a discussão sobre a temática do desemprego e encontrar os processos mais adequados à sua solução (...).

Sobre a CES: Não temos lições a receber de ninguém

O nosso pedido de adesão à CES foi rejeitado através de recurso a métodos que nada têm a ver com critérios sindicais, que nada dignificam a CES e que põem seriamente em causa a imagem que pretendia acreditar a CES como organização sindical autónoma, unitária e pluralista.

A propósito desta decisão da CES têm procurado, certos meios, interpretá-la como um revés para a nossa Central. Em nossa opinião quem visivelmente sai afectado com tal attitude é a própria CES que, ao não aceitar a candidatura da CGTP, reconhecida, sem ambiguidades, internacionalmente, como a maior e mais representativa organização sindical dos trabalhadores portugueses e a única que dentro do País, enfrentou, sem

nunca fraquejar, o regime fascista e contribuiu para a instauração da democracia e, também, a única que na cena internacional tem representado com dignidade os trabalhadores portugueses, a CÉS veio inviabilizar o contributo específico da nossa Central e confirmar a opinião de todos os que consideram que a Confederação Europeia dos Sindicatos cede perante pressões políticas e económicas e não cuida dos reais interesses dos trabalhadores.

É que, camaradas e amigos, em questões de democracia sindical efectiva, não temos lições a receber de ninguém e são raros os que conosco, com a CGTP, nesta matéria, podem cumprir (...).

Sobre a CEE

Chegamos agora à questão da adesão de Portugal à CEE. A CGTP-IN teve sempre sobre esta matéria uma posição algo «sui generis» no plano nacional e que entendemos dever manter.

Esta problemática, de primordial importância para o futuro da nossa terra, foi infelizmente apresentada pelos governos e dirigentes políticos do nosso país que a incentivaram como uma autêntica panaceia susceptível de colmatar todas as carências com que se debate o nosso povo e sobretudo como a varinha mágica que nos arrancaria do nosso subdesenvolvimento.

O tempo encregou-se de mostrar que estávamos certos, quando na altura e sem nos colocarmos abertamente contra a adesão, levantávamos dúvidas e interrogações.

Hoje, quer da parte de alguns membros dirigentes quer da parte dos próprios membros das comunidades, essa adesão suscita mesmo reservas.

Queremos afirmar sem equívocos que a CGTP-IN tem sérias dúvidas sobre o modo como foram conduzidas as negociações com vista à nossa adesão às Comunidades, uma vez que, pelo que conhecemos dos compromissos actualmente assumidos pelo governo AD, sabemos que não estão devidamente salvaguardados os interesses dos trabalhadores e da economia nacional (...)

Pelo fim da corrida aos armamentos

Com este objectivo avançamos no Programa de Acção dos próximos três anos com um conjunto de medidas que, se se vierem a concretizar, tanto a nível interno, como no exterior, permitiriam a toda a humanidade retomar o caminho do reforço da paz e do progresso social.

Na verdade, camaradas, medidas pelas quais pugnamos como:

- A declaração de que nenhum Estado não produtor de armas nucleares permitirá a sua utilização.
- A declaração de que nenhum Estado produtor de armas não nucleares permitirá a sua instalação dentro das suas fronteiras.

- O apelo à urgente realização de uma Conferência Mundial sobre o Desarmamento, no quadro da ONU, que visasse a dissolução simultânea, completa e controlada dos blocos militares.

São medidas que contribuiriam, decisivamente para o restabelecimento de um clima de desanuviamento e de cordial entendimento nas relações internacionais.

Com este objectivo a CGTP-IN apoia com entusiasmo a realização da Assembleia Mundial dos Povos pela Paz e a Vida e contra a Guerra Nuclear a ter lugar em Praga, em Julho próximo, e para o seu êxito, tudo fará para lhe dar a maior divulgação, compreensão e aceitação desta importante iniciativa.

Iniciativas de solidariedade da CGTP-IN

No domínio da solidariedade internacionalista a CGTP-IN orgulha-se em ter concorrido num grande número de iniciativas.

São de destacar as nossas iniciativas de solidariedade com os povos da Palestina e do Líbano, que assumiu maior significado com a nossa participação no seio da Comissão Sindical Internacional de Verificação das Consequências dos Massacres, tendo feito deslocar um representante da CGTP-IN a Beirute, em Outubro de 1982. A realização em Portugal de uma semana de Solidariedade com o Povo da África do Sul, e que veio a ser designada: «Semana Anti-Apartheid». Extraordinária importância viria a atingir a Campanha de Solidariedade com o Povo de Angola, vítima dos racistas da África do Sul, e que veio a saldar-se numa enorme demonstração de amizade entre os trabalhadores dos dois países irmãos.

Manifestando a sua total condenação pelos graves perigos que corria a vida de 52 destacados dirigentes da DISK da Turquia, que se encontravam encarcerados pelas suas actividades sindicais e que foram enviados para julgamento, em tribunal militar fascista, onde se lhes pretendia aplicar como pena a sentença de morte, a CGTP-IN, apesar de todas as dificuldades, fez-se representar em algumas das sessões deste vergonhoso julgamento.

Uma grande atenção e o maior relevo deu a CGTP-IN aos heróicos combatentes da Nicarágua, de El Salvador e da Guatemala na sua patriótica luta de libertação nacional.

Com o objectivo de favorecer a mais completa compreensão da luta que se desenrola na América Latina, as jornadas do 1.º de Maio de 1981 e de 1982 foram aproveitadas para uma especial divulgação da situação que se regista naquela região, incidindo, além dos países já citados, na situação do Chile, do Uruguai, da Bolívia, etc.

Em breve retrospectiva destes três últimos anos dá-nos a conhecer a particular importância que a CGTP-IN atribuiu à solidariedade aos povos em luta contra o imperialismo, o fascismo, o colonialismo, o «apartheid», o racismo e o sionismo. **A**

Contributo dos metalúrgicos e mineiros portugueses para a luta do povo angolano

Em pleno Congresso, no dia 23 de Março, uma delegação composta por Alvaro Rana e Florival Lança, membros eleitos do Conselho Nacional da CGTP-IN, e Feliciano Guterres, coordenador da comissão executiva da Federação dos Sindicatos da Metalurgia e Minas (FSMMMFP), entregou a delegação da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA), presente no Congresso o contributo dos trabalhadores metalúrgicos e mineiros à luta contra as tropas invasoras da África do Sul em território angolano.

Na oportunidade, Alvaro Rana salientou que este gesto simboliza a luta comum dos povos português e angolano contra o colonialismo, pela libertação dos povos, contra o «apartheid» e o imperialismo.

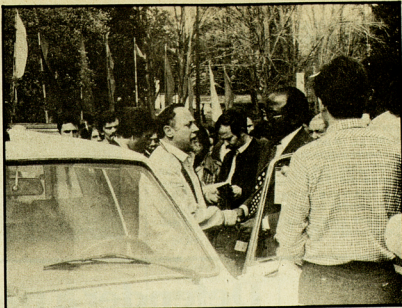
Por sua vez, Pascoal Guimarães, que chefiava a delegação da UNTA, manifestou a sua alegria pela entrega da ambulância, considerando-a como um estímulo à luta dos povos de África contra o «apartheid» e as invasões sul-africanas.

A guerra de agressão imposta pela África do Sul

Na saudação da UNTA ao 4.º Congresso, os camaradas angolanos relataram a actual situação no seu país em resultado da guerra de agressão imposta pelo regime racista da África do Sul:

«A situação na nossa região permanece tensa por causa da acção desestabilizadora da África do Sul contra os países soberanos da África Austral. Os racistas sul-africanos desrespeitando todas as normas do direito internacional impõem-nos uma guerra de agressão, mantendo sob ocupação militar, desde Agosto de 1981, uma vasta área da província angolana do Cunene, massacrando selvaticamente através das suas incursões militares centenas de civis, homens, crianças, e velhos, destroem casas, equipamentos, lançando terror e dor entre as populações indefesas do Sul de Angola, dedicadas à causa da reconstrução da sua pátria, duramente sacrificada e espoliada durante muitos anos.

«Estas acções criminosas dos racistas feitas sob o pretexto de perseguirem guerrilheiros da SWAPO, visam desestabilizar a República Popular de Angola, criar dificuldades à sua economia, implantar uma zona tampão, retirar ao povo namibiano uma segura retaguarda de apoio à sua luta, promovendo ao mesmo tempo a actuação dos fanáticos da UNITA, apoiados pelos racistas sul-africanos financeira e logisticamente. Ante esta acção criminosa dos racistas, o povo angolano firme, decidido e unido em



UMA AMBULÂNCIA PARA ANGOLA

torno do MPLA – Partido do Trabalho na luta heróica que trava contra a reacção, o agressor e invasor racista sul-africano, continua a brindar aos povos da Namíbia e África do Sul, às suas respectivas vanguardas revolucionárias, a SWAPO e o ANC, um apoio multiforme para a glória e honra da África e do mundo amante da paz, liberdade, democracia e independência dos povos.

«São precisamente as potências ocidentais do chamado grupo de contacto, fundamentalmente os EUA quem atrasa o processo da aplicação da resolução 435 do Conselho de Segurança da ONU sobre a independência da Namíbia.

«Depois de terem utilizado sucessivos argumentos dilatórios como os empregues à roda da questão de Walvis Bay, da chamada parcialidade da ONU e de terem proposto um sistema eleitoral complicado, a administração aventureirista norte-americana sob a capa do regime racista, pretende agora ligar uma questão colonial com um problema bilateral, dos governos de Angola e Cuba.

«Angola é vítima das agressões sul-africanas e como tal, necessita do apoio de toda a comunidade internacional. E neste contexto aproveitamos a ajuda, a solidariedade do povo cubano para a sua auto defesa. A presença das tropas internacionalistas cubanas em Angola, resulta de um acordo entre dois Estados e a sua retirada ou permanência foi claramente definida na declaração conjunta de 4 de Fevereiro do ano passado.»

Referindo-se, no final, ao movimento sindical angolano, a delegação da UNTA salientou:

« O nosso movimento sindical, assume-se hoje como um poderoso instrumento de defesa e representação da classe trabalhadora, possuindo mais de 600 mil trabalhadores filiados nos seus 10 sindicatos nacionais por ramos de actividade, implantados em todas as 18 províncias do país.

« Neste momento, enviamos todos os esforços para que o I Congresso da UNTA se realize em 1984. Precisamente por isso, pensamos que do vosso Congresso viermos tirar grandes experiências que nos servirão de base para o trabalho futuro do nosso Congresso.»



Defender a paz Desenvolver a solidariedade internacional

A actual situação internacional coloca aos trabalhadores, aos homens e mulheres de todos os países, mas particularmente a todos os jovens, uma imensidade de desafios que pesam decisivamente sobre o seu futuro e o futuro da Humanidade.

O problema da paz e do desarmamento é de uma importância primordial face aos perigos de uma hecatombe nuclear que pairam sobre todos nós.

É a sobrevivência da Humanidade e a preservação de toda a imensa riqueza que o espírito criador do Homem nos legou no domínio da ciência, da arte, da cultura e da técnica que hoje estão em jogo.

Não há fronteiras nem ninguém será poupado em caso de conflito nuclear!

A reacivação dos mecanismos de guerra fria, a corrida aos armamentos incentivada pelo imperialismo, estão a transformar o mundo num imenso e incontrolado arsenal e a Europa num vulcão nuclear, que ameaça a paz, pesa enormemente sobre as economias dos países e consome imensas energias e recursos que são imprescindíveis, por exemplo, para erradicar a fome e o analfabetismo da face da terra.

Uma imensidão de recursos poderia ser posta à disposição do Homem e do seu bem-estar!

Por outro lado, em muitos países reina a opressão e a violência, a ausência de liberdades, violam-se os mais elementares direitos do Homem, os trabalhadores são impedidos de exercer os seus direitos sindicais, vivem a dura realidade do desemprego, as carências em matéria de Habitação e Saúde, a arbitrariedade, os despedimentos e o espectro da perda do emprego.

Cada vez mais as lutas dos povos e particularmente dos trabalhadores enfrentam novas

realidades, criam novos contextos, tecem as malhas de novas formas de solidariedade internacional.

CONSCIENTES DAS NECESSIDADES DE DEFENDER A PAZ E O DIREITO À VIDA, CERTOS DE QUE OS TRABALHADORES E OS POVOS, NA SUA ANSIA DO PROGRESSO, BEM-ESTAR E JUSTIÇA SOCIAL, QUEREM CADA VEZ MAIS SER OS MESTRES DOS SEUS PRÓPRIOS DESTINOS.

O 4.º CONGRESSO DA CGTP-IN REALIZADO EM LISBOA DE 11 A 13 DE MARÇO DE 1983, DECIDE:

— **Saudar** fraternalmente os trabalhadores, os homens e as mulheres, os simples cidadãos que, unidos no mesmo ideário de combate comum pela Paz, vêm engrossando a imensa torrente humana que nos próprios Estados Unidos da América, mas também na RFA, na Bélgica, em Portugal e em muitos outros países, saem à rua para defender a Paz e dizer não à guerra.

— **Apelar** aos trabalhadores, aos Sindicatos e às forças democráticas de todo o Mundo para que desenvolvem todos os esforços com vista à salvaguardar a Paz e assegurar o Desarmamento, a coexistência pacífica, a cooperação e a compreensão entre os Povos.

— **Manifestar** a sua solidariedade activa, moral e material a todos os trabalhadores e Povos do Mundo que lutam pela liberdade e pela democracia, por uma vida digna de ser vivida, contra a opressão, o racismo e toda a espécie de discriminação, o fascismo, o colonialismo, o sionismo e o «apartheid».

A presença internacional

DELEGAÇÕES ESTRANGEIRAS

Jacques Vittori
Representante da OIT - Bureau International du Travail

Ibrahim Zakaria
Secretário-Geral da FSM - Federação Sindical Mundial

Ernesto Molano
Secretário-Geral Adjunto da CMT - Confederação Mundial do Trabalho

Djemman Hassan
Secretário-Geral Adjunto da CISA - Confederação Internacional dos Sindicatos Árabes

Alexei Viktorov
Secretário do Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos

Sandor Gaspar
Secretário-Geral dos SZOT - Conselho Central dos Sindicatos Húngaros

Gérard Gaumé
Secretário da CGT/França

Guimarães Pascoal Tavares
Secretário Nacional responsável pela Organização Sindical da UNTA - Angola

Sadok Allouche
Secretário-Geral Adjunto da UGTT - União Geral dos Trabalhadores Tunisinos

R. Spyropoulos
Secretário de Organização da CGT da Grécia

Constantino Hermida
Secretário Executivo da CTC de Cuba

Frank Bochow
Secretário das Relações Internacionais da FDGB da RDA

John Langan
Vice-Presidente do STUC - Congresso dos Sindicatos Escoceses

Ivan Pinheiro
Secretário da Comissão Pró-CUT do Brasil

Paddy O'Reilly
Presidente da AUEW/TASS da Grã-Bretanha

Olav Haenninen
Vice-Presidente da SAK da Finlândia

Yasuchika Suzuki
Representante na Europa da SOHYO do Japão

Andrea Amaro
Membro do Conselho Geral da CGIL de Itália

Abdul Ghani
Secretário-Geral Adjunto da Federação Geral dos Sindicatos da Palestina

Alonso Carlos Gomes
Secretário-Geral da União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde

Krishna Srivastava
Vice-Presidente do AITUC da Índia

Manuel Amor Deus
Secretário-Geral do Estado da Galiza das Comissões Obreras de Espanha

Viljan Eichenberger
Membro da Presidência do Conselho Central dos Sindicatos Revolucionários da Checoslováquia

Alain Faivre
Secretário Confederal da CFTD de França

Mohan Nair
Membro da Presidência da Região de Goa do INTUC da Índia

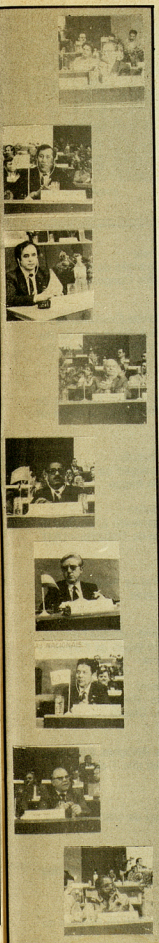
Elena Ene
Secretária do Conselho Central da União Geral dos Sindicatos da Romênia

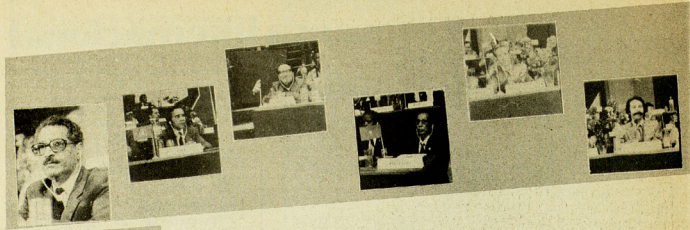
Georgui Caraulanov
Secretário do Conselho Central dos Sindicatos da Bulgária

Giacomina Cassina
Membro do Departamento Internacional da CISL de Itália

Aljia Advic
Membro da Presidência do Conselho dos Sindicatos Jugoslavos

A. Kuptuma
Secretário-Geral do Congresso dos Sindicatos do Zimbábwe





Félix Borges

Chefe do Departamento de Relações Internacionais da União Nacional dos Trabalhadores da Guiné-Bissau



Ong. Tran Nhat Du

Membro do Comité Executivo da Federação dos Sindicatos do Vietnam



Júlio Valderrama

Presidente do Comité Exterior da CUT do Chile



Kemal Daysal

Membro do Comité Executivo do DISK da Turquia

Othamn Omar Zaed

Membro da Direcção da União Geral dos Produtores Associados Libios



Ismael Marquez

Membro da Oposição Sindical da Guatemala

Olga Cifuentes Toro

Membro do Comité Executivo da Confederação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Colômbia



Enrique Rubio Robles

Representante Oficial para Espanha e Portugal da Frente Democrática e Revolucionária de El Salvador.



John Ya Otto

Secretário-Geral da União Nacional dos Trabalhadores da Namibia

Carlos Espinosa

Secretário-Geral da Federação da Função Pública do Uruguay e Membro do Comité Exterior da Convenção Nacional dos Trabalhadores do Uruguay

Almaetru Tadesse

Dirigente da AETU da República da Etiópia

Moussa Khasaal

Presidente do Sindicato dos Bancários e Membro da Direcção da Federação Geral dos Sindicatos dos Trabalhadores Sírios.



Angelique Koumala

Membro da Direcção da Confederação dos Sindicatos Congolezes

Sim Hong Kyoo

Membro do Comité Executivo da Federação Geral dos Sindicatos da República Popular e Democrática da Coreia

Sally Smith

Membro do Executivo Nacional do Congresso dos Sindicatos da África do Sul - SACTU

Shakir Ahmad Abdulla

Membro da Direcção da Federação dos Sindicatos do Iraque

Abdelali Benabdallah

Membro da Comissão Executiva da União Marroquina do Trabalho - UMT

Ali Al Kandari

Secretário-Geral da Federação dos Sindicatos do Kuwait

Franz Lang

Presidente do Sindicato dos Ferrovieiros e membro do Bloco de Esquerda da OGB da Áustria

Costas Thomasteolo

Secretário das Relações Internacionais da PEO do Chipre

Boissé Traore

Secretário das Relações Exteriores da União Nacional dos Trabalhadores do Mali.

Manuel Zaguirre

Secretário-Geral da USO de Espanha

Luciano Gomez

Dirigente da Central Sandinista dos Trabalhadores da Nicarágua

Farhoud Fakri

Membro da Direcção da Fenasol do Líbano

Dr. Fernando Piteira Santos
Representante do Conselho Mundial da Paz

António Manuel Cataluna
Membro da Comissão do Conselho das Comunidades Portuguesas na RFA

DELEGAÇÕES DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

Luis Ferreira
Membro da Comunidade Portuguesa na Bélgica

Mário Bento
Membro da Comissão da Comunidade Portuguesa na Holanda

José Manuel
Membro da Comunidade Portuguesa em França

Existem hoje 23 federações das quais 18 fazem parte ou participam na estrutura da CGTP-IN.

As 18 federações, à excepção da dos agrícolas, têm âmbito nacional e representam, no seu conjunto, 166 dos 226 sindicatos que existem nos sectores de actividade correspondentes.

Tais sectores de actividade concentram 1 987 447, isto é, a esmagadora maioria dos 2 500 000 trabalhadores por conta de outrem no País.

Organização sindical de empresa

—A justeza da prioridade às grandes empresas

Uma amostragem, para balanço da organização sindical de empresa de acordo com dados disponíveis permite traçar o seguinte quadro:

- Empresas com menos de 100 trabalhadores — 279 empresas abrangendo 13959 trabalhadores dos quais 10 266 sindicalizados (73,7%).
- 103 empresas com delegados sindicais
- 3 empresas com comissão de trabalhadores
- 1 empresa com comissão intersindical
- Empresas com mais de 100 e menos de 300 trabalhadores — 137 empresas abrangendo 23 157 trabalhadores dos quais 14 993 (65%) sindicalizados.
- 85 empresas com delegados sindicais
- 17 empresas com comissão de trabalhadores
- 11 empresas com comissão intersindical
- Empresas com mais de 300 e menos de 500 trabalhadores — 48 empresas abrangendo 17 870 trabalhadores dos quais 12 275 (68,7%) sindicalizados.
- 40 empresas com delegados sindicais
- 23 empresas com comissão de trabalhadores
- 7 empresas com comissão intersindical
- Empresas com mais de 500 e menos de 1000 trabalhadores — 29 empresas abrangendo 18 798 trabalhadores dos quais 9867 (52,5%) sindicalizados.
- 20 empresas com delegados sindicais
- 17 empresas com comissão de trabalhadores
- 15 empresas com comissão intersindical
- Empresas com mais de 1000 trabalhadores — 66 empresas abrangendo 212 453 tra-

RELATÓRIO DO SECRETARIADO

Continuação pág. 19

balhadores, dos quais 151 461 (71,3%) sindicalizados

41 empresas com delegados sindicais
44 empresas com comissão de trabalhadores
51 empresas com comissão intersindical

Verifica-se pois que, em 559 empresas, abrangendo 289 307 trabalhadores, dos quais 198 967 (67%) são sindicalizados no Movimento Sindical Unitário, existem 269 empresas com delegados sindicais; 103 empresas com comissão de trabalhadores e 84 empresas com comissão intersindical.

Constata-se, também, a justeza da intervenção prioritária nas grandes empresas e empresas estratégicas, designadamente, pelo grande volume de trabalhadores que aí temos para organizar, sem descurar o acompanhamento de todas as empresas e de todos os trabalhadores.

O trabalho fundamental nesta área foi, e continua a ser, no entanto, o de esclarecer os dirigentes sindicais acerca do que é organização sindical de empresa, a secção sindical e da importância da sua implantação. As incompreensões quanto a esta questão continuam, ainda, a subsistir o que leva a que não se ganhe a dinâmica necessária à sua concretização.

Os entraves ao exercício da actividade sindical na empresa levantados pelo patronato através, quer do impedimento directo (proibição de plenários, de acesso, de circulação, de distribuição de propaganda sindical), quer da discriminação dos trabalhadores que a exercem, quer do incentivo à não participação dos trabalhadores (ex. concessão de prémios) tem constituído uma das maiores dificuldades à implantação da organização sindical de empresa. A ineficiência e passividade da Inspeção do Trabalho e dos órgãos encarregados de velar pela aplicação das leis muito tem contribuído para esta situação, e para tal tem-se procurado habilitar os sindicatos com os meios adequados, designadamente, através da elaboração de pareceres fundamentados.



SINDICATOS INSCRITOS E DELEGADOS AO CONGRESSO

DISTRITOS	SINDICATOS	N.º DE DELEGADOS POR SINDICATO	N.º TOTAL DELEGADOS DOS SIND. C/ SEDE NO DISTRITO
ANGRA AÇORES	Alimentação e Bebidas Ind. Transformadoras Pescadores Transportes e Turismo	2 3 1 3	9
AVEIRO	Calçado Celulose, Gráficos Cerâmica, Const. Madeiras Corticeiros Lactínicos Metalúrgicos Mineiros Pannificação Rodoviários Têxteis	6 3 2 3 2 12 3 1 3 5 3	40
BEJA	Agrícolas Ind. Mineiras Professores	15 2 2	19
BRAGA	Agrícolas Calçado Comércio Construção Civil Curtumes Metalúrgicos Pannificação Rodoviários Rodoviários e garagens Têxteis Vestuário	2 3 3 9 2 9 2 3 2 27 9	71
BRAGANÇA	Agrícolas Rodoviários	1 2	3
CASTELO BRANCO	Agrícolas Comércio e Escritórios Const. Civil Metalúrgicos Têxteis	2 2 2 2 6	14

DISTRITOS	SINDICATOS	N.º DE DELEGADOS POR SINDICATO	N.º TOTAL DELEGADOS DOS SIND. C/ SEDE NO DISTRITO
COIMBRA	Agrícolas Cerâmica Comércio e Escritórios Const. Civil Enfermeiros Função Pública Guardas Prisionais Hotelaria Ind. Eléctricas Metalúrgicos Professores Reg. Centro Rodoviários Têxteis Médicos do Centro Pescadores	1 3 3 3 3 10 1 4 3 3 4 2 5 1 1	49
ÉVORA	Agrícolas Const. Civil	11 4	15
FARO	Agrícolas Conservas Const. Civil Hotelaria Pescadores Rodoviários	1 3 3 6 3 3	19
FUNCHAL MADEIRA	Barbeiros e Cabeleireiros Bordados Const. Civil Escritórios e Caixeiros Função Pública Hotelaria Metalúrgicos Motoristas Vestuário	1 3 3 3 3 4 2 3 1	23
GUARDA	Escritórios e Comércio Lanifícios Metalúrgicos Rodoviários	2 4 2 1	9
HORTA AÇORES	Alimentação e Bebidas Const. Civil Escritórios e Caixeiros Pescadores Transportes e Turismo	2 2 2 2 2	10
LEIRIA	Agricultura Cerâmica Comércio e Escritórios Const. Civil e Madeiras Metalúrgicos Pesca Vidreiros	2 3 4 2 3 3 7	24
	Activid. Cinematográfica Administ. Juntas Portuárias Aduaneiros Agricultura Ajudantes de Farmácia Barbeiros Bebidas Calçado Câmara Municipal Lisboa Capitães e Of. Pil. M. Merc. Celulose, Papel, Gráf. Imp. Cerâmica, Cimento e Vidros	3 3 3 3 3 2 3 3 4 11 2 5	

DE DELEGADOS
DOS SIND. C/SEDE
NO DISTRITO

	DISTRITOS	SINDICATOS	N.º DE DELEGADOS POR SINDICATO	N.º TOTAL DE DELEGADOS DO SIND. C/SEDE NO DISTRITO		DISTRITOS	SINDICATOS	N.º DE DELEGADOS POR SINDICATO	N.º TOTAL DE DELEGADOS DO SIND. C/SEDE NO DISTRITO
	LISBOA	Comércio e Serviços	33		PORTO	Profissionais Farmácia	2		
		Const. Civil	18			Ferrovíarios	4		
		Const. C/vis	3			Foguetiros de Mar e Terra	1		
		Enfermeiros	8			Função Pública	14		
		Espetáculos	2			Guarda Sóis	2		
		Ferrovíarios	7			Hidratros de Carbono	7		
		Função Pública	52			Hotelaria Norte	9		
		Hidratros Carbono Sul	7			Judiciais	1		
		Hotelaria e Turismo	17			Metalúrgicos	31		
		Ind. Comércio Carnes	3			*Médicos Norte	2		
		Ind. Comércio Farmacêutico	6			Paramédicos	2		
		*Jornalistas	1			Pescadores Matosinhos	2		
		Judiciais de Lisboa	2			Pescadores Porto	2		
		Lacticínios do Sul	1			Pescadores Pvoa Varzim	3		
		Magistrados M. Público	2			*Professores Reg. Norte	4		
		Marinha Mercante Aeronav.	6			Químicos	9		
		Pescas	2			Saúde e Segurança Social	3		
		Marinheiros Mercantes	6			*Seguros Norte	9		
		Médicos Região Sul	2			Serviços Municipalizados	3		
		Metalúrgicos	36			Telefonistas	2		
	Músicos	4		Têxteis	30				
	*Oficiais Eng. M. Mercante	3		Transp. Rodoviários	10				
	Pescadores	3		Vestuário	16				
	Portaria e Vigilância	3		Pescadores V. Conde	2	252			
	Professores	11							
	Psicólogos	2		Administração Local	29				
	Químicos	11		Agrícolas	4				
	Serviço Doméstico	5		Ind. Alimentar Conservas	4				
	SIESI	13		Comércio e Serviços	3				
	*SITAVA	5		Const. Civil	3				
	SINTEL	6		Curtumes	2				
	SNTCT	13		Madeiras	3				
	Tabacos	2		Metalúrgicos	4	52			
	Técnicos Desenho	5							
	Técnicos Prótese Dentária	2		Agrícolas	10				
	Telecomunicações	3		Carnes	2				
	Têxteis	15		Cerâmica	3				
	Trab. Consulares Europa	1		Comércio e Serv. Sul	10				
	Transp. Colectivos Lisboa	4		Const. Civil	8				
	Transp. Fluviais	2		Ind. Cortiçeira	4				
	Transp. Rodoviários	13		Estivadores e Barq.	2				
	Maquinistas Práticos	4	383	Ferrovíarios	3				
				Metalúrgicos	27				
	Agrícolas	1		Pescadores	3				
	Escritórios e Vendas	2		Químicos	7				
	Ind. Transformadoras	3		Rodoviários	5	84			
	Professores	2							
	Transportes e Turismo	2	10	Cerâmica	2				
				Const. Civil	2				
				Escrit. e Comércio	2				
				Madeiras	2				
				Metalúrgicos	3				
				Pescadores	1				
				Rodoviários	2	14			
				Agrícolas	2				
				Const. Civil Mad. Met.	6				
				Rodoviários	2	10			
				Agrícolas	2				
				Const. Civil	3				
				Metalúrgicos	2				
				Rodoviários	2	9			
				TOTAL	216	1135			
				(*)—Sindicatos que participam como observadores (12)					

24

49

15

19

23

9

10

24

COMISSÃO DE HONRA DO 4.º CONGRESSO**UMA IMAGEM DAS RAIZES HISTÓRICAS DA CGTP-IN**

Pela primeira vez, um Congresso da CGTP-IN teve uma Comissão de Honra. Constituída por destacados dirigentes históricos do Movimento Sindical português e da luta dos trabalhadores, a Comissão de Honra do 4.º Congresso deu a verdadeira imagem dum poderoso movimento sindical que se radica nas mais gloriosas tradições de luta dos trabalhadores portugueses e que hoje se consubstancia na CGTP-IN.

Herdeira da rica experiência do Movimento Operário português ao longo de mais de um século, a CGTP-IN — como se refere no preâmbulo dos Estatutos aprovados — prossegue hoje os princípios orientadores e os objectivos fundamentais da luta do Movimento Sindical português nas últimas décadas do século passado: *«O não reconhecimento das associações de classe que representassem «desdobração» das já existentes, como forma de impedir o seu enfraquecimento; a afirmação de autonomia face aos partidos políticos; a adopção em 1909 dos princípios revolucionários e de*

A Comissão de Honra do 4.º Congresso foi a seguinte: *Francisco Mestre* — participante na greve geral de 1918. *António Calarão* — organizador da luta da juventude nas comissões de jorna pelas 8 horas agrícolas. *José Veras* — fundador da Associação de Classe dos Operários e Tecelões de Castanheira de Pera — 1920. *Manuel Baridó* — participante na insurreição de 18 de Janeiro de 1934, na Marinha Grande. *Emídio Santana* — ex-dirigente da CGT.

Guilherme Martins — ex-dirigente do Sindicato da Carris (1948/49)
José Vitoriano — ex-dirigente do Sindicato dos Corticeiros de Silves (1945/48).
Manuel José da Silva — ex-dirigente do Sindicato das Conservas de Vila Real de Sto. António, em 1948/50, e actual dirigente do mesmo, desde 1974.
Daniel Cabrita — ex-dirigente do Sindicato dos Bancários de Lisboa (1969/70).



classe; a reivindicação de igualdade de salários para homens e mulheres, a proibição do trabalho a menores de 14 anos, a diminuição do horário de trabalho, a colectivação da terra, a expropriação dos monopólios e a transformação dos baldios e das matas nacionais em cooperativas «cuja propriedade ficará pertencendo à Nação e de simples usufruto dos trabalhadores», consignados no Programa de Acção aprovado pelas associações de classe em 1894, foram os alicerces em que se fundou o nosso Movimento Sindical.»

E, já no princípio deste século:

«A exigência de uma política de verdadeiro alcance social a emprender pela República, a luta contra a participação de Portugal na primeira guerra mundial, a resistência activa à implantação do fascismo, o prosseguimento em plena ditadura da luta de massas através de novas formas de intervenção na defesa dos interesses dos trabalhadores e das massas exploradas, são etapas de uma trajectória que teve nova expressão organizada, em Outubro de 1970, com a criação da Intersindical Nacional pelos trabalhadores que, no âmbito dos sindicatos corporativos, lutavam e assumiam a defesa dos interesses da classe trabalhadora.»

SINDICATOS FILIADOS NA CGTP-IN DURANTE O 4.º CONGRESSO

- Trab. Ind. da Const. Civil Madeiras, Met. e Metalomecânica de Trás-os-Montes e A. Dour.
- Trab. Hotelaria e Similares do Dist. Faro.
- Operários Const. Civil, Marmoristas e Mont. Dist. V. Castelo.
- Trab. Agrícolas do Dist. de Vila Real.
- Tab. Const. Civil, Madeiras e Ofícios Correl. Dist. Leiria.
- Trab. Hotelaria, Turismo e Similares do Norte.
- Trab. Função Pública Zona Norte.
- Trab. Agrícolas do Dist. de Viseu.
- Trab. Ind. Cerâmica, Cimento e Similares Dist. do Porto.

Conselho Nacional da CGTP-IN

O Conselho Nacional é o novo órgão deliberativo da CGTP-IN entre os plênários. É composto por 51 elementos efectivos e 20 suplentes, eleitos de três em três anos pelo Congresso.

Segundo os Estatutos aprovados no 4.º Congresso, compete ao Conselho Nacional, designadamente:

- a) *dirigir e coordenar a actividade da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional de acordo com a orientação definida pelo Congresso e com as deliberações do plenário;*
- b) *dinamizar e acompanhar a aplicação prática pela estrutura da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional, das deliberações e orientações definidas pelos órgãos competentes;*
- c) *promover a discussão colectiva das grandes questões que forem sendo colocadas ao movimento sindical com vista à adequação permanente da sua acção em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores;*
- d) *assegurar e desenvolver a ligação entre as associações sindicais e os trabalhadores a todos os níveis;*
- e) *elaborar, anualmente, o relatório e contas, bem como o plano de actividades e o orçamento;*
- f) *apreciar a actividade desenvolvida pela comissão executiva do conselho nacional ou por qualquer dos seus membros;*
- g) *exercer o poder disciplinar;*
- h) *apreciar os pedidos de filiação;*
- i) *eleger e destituir a comissão executiva do conselho nacional;*
- j) *convocar o congresso;*
- l) *aprovar o regulamento do seu funcionamento.*

O actual Conselho Nacional foi eleito no Congresso por 1040 votantes, sendo 966 a favor (92,88%), 25 votos nulos (2,4%) e 49 votos brancos (4,71%).

Na sua composição há 40 operários (56,33%), 23 empregados (32,39%) e 7 quadros (9,85%); 21,12% são mulheres (15) e a média de idades é de 36 anos.

O Conselho Nacional reunirá pelo menos de 2 em 2 meses e elegerá, na sua primeira reunião, uma Comissão Executiva. Os membros suplentes podem assistir e participar nas reuniões, embora sem direito a voto. Os Estatutos estabelecem, ainda, que o C. N. deverá criar comissões específicas de carácter permanente ou eventual com vista ao desenvolvimento da actividade da Central.

Conselho Nacional eleito

MEMBROS EFFECTIVOS

Álvaro Fernandes Rana

— Secretariado Nacional da CGTP-IN

— Comissão Executiva

Américo Nunes

— Federação de Hotelaria

Antero Martins Pinto Guimarães

— Secretariado Nacional da CGTP-IN

António Maria Quintas

— Secretariado Nacional da CGTP-IN

Armando Artur Teixeira da Silva

— Secretariado Nacional da CGTP-IN

— Comissão Executiva

Augusto Martins do O Brito

— Sindicato Telefonistas do Norte

Belmiro dos Santos Alves

— Secretariado Nacional da CGTP-IN

Carlos António de Carvalho

— Secretariado Nacional da CGTP-IN

Carlos Manuel Alves Trindade

— Secretariado Nacional da CGTP-IN

Dinis de Jesus Grilo da Silva

— Sindicato dos Transportes Rodoviários de Braga

Fernando Garcia Ferreira Amaro da Silva

— Secretariado Nacional da CGTP-IN

Fernando Tavares Loureiro

— Sindicato Médicos do Sul

Florival Rosa Lança

— Secretariado Nacional da CGTP-IN

Francisco de Sá Pereira

— Secretariado Nacional da CGTP-IN

Gaspar Militão Ângelo

— Secretariado Nacional da CGTP-IN

Jaime Marques Machado

— Federação Trab. Ind. Gráfica, Celulose, Papel e Imprensa

Jerónimo Fernando da Silva Rodrigues

— Sindicato Marinha Mercante, Aero-navegação e Pesca

João Maria Pacheco Gonçalves

— Secretariado Nacional da CGTP-IN

Joaquim Almeida da Silva

— Secretariado Nacional da CGTP-IN

Joaquim Mendes dos Santos Calhau

— Secretariado Nacional da CGTP-IN

— Comissão Executiva

Joaquim Pólvora Garcia Labaredas

— Sindicato Comércio e Serviços de Lisboa

José Alberto Valério Dinis

— Secretariado Nacional da CGTP-IN

José António Sequeira da Encarnação

— Comissão Executiva

— Secretariado Nacional da CGTP-IN

José Augusto dos Santos Arede

— União dos Sindicatos de Setúbal

José Ernesto Ribeiro Cartaxo
— Secretariado Nacional da CGTP-IN
— Comissão Executiva

José Luís Judas
— Secretariado Nacional da CGTP-IN
— Comissão Executiva

José Luis Pascoal
— Sindicato das Indústrias Eléctricas do Centro

José Manuel Morais Marques
— Sindicato Trabalhadores Têxteis de Braga.

José Manuel de Sousa Tavares Machado
— Sindicato Ind. Eléctricas do Sul e Ilhas

Leonel Martinho Gomes Nunes
— Sindicato da Hotelaria da Madeira

Luis Maria Kalidas Costa Barreto
— Secretariado Nacional CGTP-IN — Comissão Executiva

Luis Teixeira Pinto Vilas Boas
SITAVA

Manuel António Teixeira de Freitas
— Secretariado Nacional CGTP-IN

Manuel Carvalho da Silva
— Secretariado Nacional CGTP-IN — Comissão Executiva

Manuel Correia Lopes
— Secretariado Nacional CGTP-IN — Comissão Executiva

Manuel Francisco Guerreiro
— Federação Comércio e Serviços

Manuel Joaquim da Silva Vieira Mendes
— Sindicato Função Pública Norte

Maria Augusta da Purificação Rodrigues de Sousa
— Sindicato Enfermeiros do Sul

Maria do Carmo de Carvalho Tavares Ramos
— Secretariado Nacional — CGTP-IN
— Comissão Executiva

Maria Emília Reis Castro
— Secretariado Nacional CGTP-IN

Maria Madalena Moreira Amaral
— Sindicato Químicos do Norte

Maria Manuela Bela Braz Almeida
— STICF

Maria Manuela de Medeiros
— Sindicato Ind. Transformadora Tabacos Ponta Delgada

Maria Odete Jesus Filipe
— União dos Sindicatos de Lisboa

Maria Regina Libano Santos
— Sindicato Trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa

Mário António Seabra da Silva
— Sindicato Trabalhadores Agrícolas de Évora

Rogério Dias dos Santos Torres
— Secretariado Nacional da CGTP-IN

Rosa Maria Simões da Silva Sousa Marques
— Secretariado Nacional da CGTP-IN

Ruben Pacheco de Matos Rolo
— Secretariado Nacional da CGTP-IN

Valdemar Rodrigues Henriques
— Secretariado Nacional da CGTP-IN

Vitor Manuel Rodrigues Ranita
— União dos Sindicatos do Porto

Carlos António Gomes Mamede
— Federação da Função Pública

Francisco António Brás Calinha
— Sindicato Trabalhadores Agrícolas de Beja

Guida Maria Vieira Martins
— Sindicato Bordenados da Madeira

Hélio Bexiga Viegas
— Sindicato N. Técnicos de Desenho

Horácio do Nascimento Matos
— União dos Sindicatos de Leiria

Isabel Vitória de Almeida Figueiredo
— S.N.T.C.T.

Joaquim Filipe Coelho Dionísio
— Federação Cerâmica, Cimento e Vidro

Jorge Augusto Cristóvão Lopes
— Sindicato Mineiros do Norte

José Carlos Soares Batista
— Sindicato T. Calçado, Malas do Porto

José Fernando de Almeida Ferreira Mendes
— Sindicato Metalúrgicos de Aveiro

José Ferreira Antunes
— Sindicato Ferrovários do Sul

José Jorge Ferreira
— Secretariado Nacional da CGTP-IN

Luis Pereira Garra
— União Sindicatos de Castelo Branco

Margarida Maria de Meneses Borba Ramires Fernandes
— Sindicato Professores da Zona Sul

Maria do Céu Ferreira de Jesus
— Secretariado Nacional da CGTP-IN

Maria da Conceição de Lima Faria
— Sindicato de Trabalhadores do Serviço Doméstico

Maria de Jesus Belchior da Lança Rodrigues Horta
— Secretariado Nacional da CGTP-IN

Quintino Manuel dos Santos Aguiar
— Secretariado Nacional da CGTP-IN

MEMBROS SUPLENTEs

António Carlos de Sousa Conde
— União dos Sindicatos de Santarém

Carlos Alberto de Araújo Pereira Amado
— Sindicato Paramédicos do Norte



Aspecto da primeira reunião do Conselho Nacional, em 24/3/83

A nova Comissão Executiva

O Conselho Nacional eleito pelo 4.º Congresso reuniu pela primeira vez nos dias 24 e 25 de Março, na sede da CGTP-IN. Depois de tomarem posse, os 71 membros do novo órgão da central fizeram um balanço do Congresso, elegeram a nova Comissão Executiva e aprovaram uma resolução cujo texto se divulga neste número.

A Comissão Executiva do Conselho Nacional passa a ser integrada por 13 elementos, sendo 11 efectivos e 2 suplentes.

Assim, toda a C.E. anterior foi reconduzida e eleitos dos novos membros efectivos — João Pacheco Gonçalves, coordenador da União dos Sindicatos do Porto, e Francisco Sá Pereira, da Comissão Executiva da mesma União de Sindicatos — e dois membros suplentes — Florival Lança e José Encarnação, coordenadores da União dos Sindicatos de Lisboa e da União dos Sindicatos de Setúbal, respectivamente.

São os seguintes os membros eleitos da nova Comissão Executiva:

EFFECTIVOS

- Alvaro Rana
- Armando Teixeira da Silva
- Francisco Sá Pereira
- João Maria Pacheco Gonçalves

- Joaquim Calhau
- José Ernesto Cartaxo
- José Luís Judas
- Kalidas Barreto
- Manuel Carvalho da Silva
- Manuel Lopes
- Maria do Carmo Tavares Ramos

SUPLENTES

- Florival Lança
- José António Sequeira da Encarnação



CONSELHO NACIONAL ANALISOU

A SITUAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL ● O CONGRESSO ● AS ELEIÇÕES ● O AGRAVAMENTO DA SITUAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA ● O 1.º DE MAIO

Na sua 1.ª reunião, em 24 e 25 de Março o Conselho Nacional da CGTP-IN, de entre os assuntos tratados, analisou a actual situação político-sindical, tendo concluído:

1. O 4.º Congresso da CGTP-IN constituiu uma poderosa demonstração da força e determinação dos trabalhadores portugueses, da sua unidade, coesão e organização.

O 4.º Congresso confirmou que a CGTP-IN é a mais importante força sindical do nosso país, cuja intervenção é indispensável na vida nacional.

As medidas aprovadas pelo 4.º Congresso constituem um conjunto de propostas e reivindicações que correspondem à necessária recuperação económica do País. Terão, assim, de ser encaradas como uma contribuição positiva, séria e realista para a resolução dos problemas existentes.

2. O Conselho Nacional da CGTP-IN considera que não há solução para os problemas nacionais sem os trabalhadores e muito menos contra eles.

O empenhamento dos trabalhadores só é possível desde que estes sintam confiança num Governo democrático que dê provas de respeito pelos seus direitos e interesses, que assegure o cumprimento efectivo da consolidação e defesa das grandes conquistas de Abril.

3. A necessidade inadiável duma viragem política que crie condições para a satisfação das reivindicações aprovadas pelo Congresso, confere uma particular importância às próximas eleições de 25 de Abril.

Nesse sentido, o Conselho Nacional considera indispensável a participação e intervenção activa dos trabalhadores e das suas organizações sindicais na próxima campanha eleitoral para a Assembleia da República com o objectivo de afastar definitivamente a direita do Poder e criar condições para uma verdadeira viragem democrática na vida portuguesa que realize plenamente o projecto constitucional e de satisfação das aspirações dos trabalhadores e do povo.

4. O Conselho Nacional da CGTP-IN, debruçando-se sobre alguns aspectos da actual situação salienta, por um lado a persistente luta dos trabalhadores em várias empresas e sectores de actividade pela defesa dos seus postos de trabalho e do seu poder de compra e, por outro, a gravidade das últimas medidas económicas do Governo de gestão «AD», traduzidas na desvalorização do escudo e no aumento das taxas de juro, bem como a inquietante ocorrência de acções de pressão externa em território nacional.

a) tal como a CGTP-IN advertiu oportunamente, a manutenção da «AD» no Governo conduziu ao agravamento das tensões sociais e laborais; exemplo significativo é o das empresas públicas de transportes em que o Governo teima em impor um «lecto» salarial que foi já furação em dezenas de processos de contratação colectiva, e manifesta uma invulgar e premeditada intransigência face às propostas de negociação dos trabalhadores. A CGTP-IN saúda e solidariza-se com os trabalhadores que lutam na defesa dos seus direitos e apoia a sua manifestação convocada para amanhã em Lisboa.

Outro exemplo elucidativo da natureza conflituosa e ruínea da política da «AD» é a situação dos trabalhadores da Vidreira da Fontela, que estão há 11 meses sem salários e sobre os quais já se abateu a repressão policial quando na rua reclamavam os seus direitos e lutavam pela manutenção dos seus postos de trabalho.

A luta pelo pagamento de salários em atraso tem dominado a origem da maior parte dos conflitos laborais nos últimos meses, em resultado da política ruínea da «AD». A CGTP-IN apoia e saúda igualmente todos os trabalhadores que se encontram em tal situação e exorta-os a prosseguirem a luta até alcançarem a satisfação das suas legítimas reivindicações.

b) o aumento do ritmo de desvalorização do escudo (0,75%, por mês para 1%, ou seja, mais de 33%), assim como o brutal aumento da taxa de juros (mais 8%), que o Governo acabou de decretar, são medidas que irão agravar ainda mais a situação do País e dos trabalhadores.

Efectivamente, aquelas medidas provocarão novos aumentos de preços; causarão maiores obstáculos ao investimento produtivo (menos crescimento e mais desemprego); determinarão a multiplicação das dificuldades e das falências de empresas (mais desemprego e mais conflitos sociais); criarão novos obstáculos à resolução do gravíssimo problema habitacional, etc., etc. Em resumo, aquelas medidas significam a continuação de uma política contrária aos interesses dos trabalhadores e do País, que já mostrou o seu completo fracasso para resolver a grave crise que enfrenta a economia nacional, e que tem tido a oposição frontal da esmagadora maioria do povo português.

c) a presença de uma esquadra da NATO no Tejo até 13 de Abril, no momento em que no nosso país se vive um período pré-eleitoral, só pode ser entendida como uma incetável pressão externa sobre a vida nacional.

Também a recente realização no Algarve duma reunião do «Grupo de Planeamento Nuclear» da NATO que apoiou o rearmamento dos EUA na Europa é um facto contrário ao espírito da Paz e do desarmamento.

5. O Conselho Nacional da CGTP-IN, dando cumprimento à deliberação tomada pelo 4.º Congresso sobre o 1.º de Maio, decidiu desenvolver as acções necessárias com vista a promover uma grande jornada de unidade e de luta dos trabalhadores portugueses.

O Conselho Nacional apela à participação dos sindicatos representativos, filiados ou não na CGTP-IN, na organização das comemorações do 1.º de Maio.

6. O Conselho Nacional considerando a importância das conclusões do 4.º Congresso decidiu promover uma campanha de mobilização dos trabalhadores em torno das principais decisões tomadas, designadamente sobre o programa para 3 anos e o caderno reivindicativo, com vista à sua concretização.